

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 07-12-2022.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes e Ramiro Rosário. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 053/19 (Processo nº 0097/19), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 422/22 (Processo nº 0870/22), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; o Projeto de Lei do Legislativo nº 428/22 (Processo nº 0881/22), de autoria de José Freitas; e o Projeto de Resolução nº 074/22 (Processo nº 0871/22), de autoria de Márcio Bins Ely. Foi realizada homenagem aos 185 anos da Brigada Militar. Compuseram a Mesa Idenir Cecchim, presidindo; Coronel Rogério Stumpf Pereira Junior, Chefe do Estado-Maior da Brigada Militar e representante do Comandante-Geral da Brigada Militar; Mario Ikeda, Secretário Municipal de Segurança e ex-Comandante da Brigada Militar; e Coronel Ataídes Moraes, comandante da Reserva Ativa da Brigada Militar. Após, Comandante Nádia falou em nome da Mesa Diretora e Coronel Rogério Stumpf Pereira Junior agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e sete minutos às quinze horas e oito minutos. Em Comparecimento, esteve o Grupo de Diálogo Inter-Religioso de Porto Alegre, com referência à inauguração de espaço inter-religioso no Palácio Aloísio Filho. Compuseram a Mesa Idenir Cecchim, presidindo; Rabino Guershon Kwasniewski; Pastor Renan Schlemper - Igreja Luterana; Babalorixá Tito de Xangô; Taciane Teixeira; e Maria da Graça, representante da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Rabino Guershon Kwasniewski pronunciou-se acerca do tema tratado em Comparecimento. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quinze minutos às quinze horas e dezessete minutos. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, passando-se imediatamente ao período de PAUTA. Em PAUTA, esteve: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 040/21 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 030 e 249/22; e, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 046/21 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 380/21 e 225, 226 e 417/22. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Laura Sito.

Foram apregoados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 415/22 e o Projeto de Resolução nº 063/22 (Processos nºs 0854/22 e 0770/22, respectivamente) de autoria da Mesa Diretora, e o Projeto de Lei do Executivo nº 042/22 (Processo nº 0890/22), de autoria do Executivo Municipal. Às quinze horas e quarenta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, iniciou-se a Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 036/22 (Processo nº 0812/22), após ser encaminhado à votação por Felipe Camozzato e Roberto Robaina, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, por vinte e quatro votos SIM e onze votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e tendo votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Na oportunidade, Jessé Sangalli formulou Requerimento verbal, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 protocolada junto ao Projeto de Lei do Legislativo nº 339/21 (Processo 0935/21). Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 148/19 (Processo 0319/19), após ser discutido por Lourdes Sprenger, em tempo cedido por Cezar Augusto Schirmer. Foi apregoada Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 148/19 e foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio da referida Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 148/19. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 148/19, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato, por vinte e oito votos SIM e três votos Não, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina e tendo votado Não Felipe Camozzato, Mari Pimentel e Ramiro Rosário. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 074/21 (Processo nº 0236/21), discutido por José Freitas, Mauro Pinheiro e Moisés Maluco do Bem. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 074/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 074/21, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, por vinte e dois votos SIM e nove votos NÃO, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e tendo votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Pedro

Ruas e Roberto Robaina. Foi apregoada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 339/21, foi aprovado Requerimento solicitando dispensa do envio às Comissões Permanentes da referida emenda e foi apregoado Requerimento, solicitando retirada de tramitação da mesma emenda, ambos de autoria de Jessé Sangalli. Foi apregoada a Emenda nº 03, de autoria de Fernanda Barth, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 339/21 e foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio às Comissões Permanentes da referida Emenda. Foi apregoada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 034/22 (Processo nº 0777/22) de autoria de Mari Pimentel e foi aprovado Requerimento de autoria de Mari Pimentel, solicitando a dispensa do envio às Comissões Permanentes da referida Emenda. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Fernanda Barth, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 122/22 (Processo nº 0240/22) e foi aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio da referida Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Cláudia Araújo, aposta ao Projeto de Resolução nº 058/22 (Processo nº 0726/22) e foi aprovado Requerimento, solicitando dispensa do envio da referida Emenda às Comissões Permanentes. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Fernanda Barth solicitando: adiamento, por uma Sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 399/21; e alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 035/22 (Processo nº 0802/22), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Ramiro Rosário, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Jonas Reis, Mauro Pinheiro, Claudio Janta e Aírto Ferronato, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, por vinte e cinco votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e tendo votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Votação, foi aprovado Requerimento nº 174/22 (Processo nº 0880/22), após encaminhamento à votação por Jonas Reis, em votação nominal solicitada por Cláudia Araújo, por trinta e um votos SIM e um voto NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, e votado Não Cláudia Araújo. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº

229/22 (Processo 0443/22), após ser discutido por Moisés Maluco do Bem e José Freitas. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 039/22 (Processo nº 0850/22), após ser encaminhado à votação por Mari Pimentel e Mônica Leal. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 177/22 (Processo nº 0888/22). Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 122/22 (Processo nº 0240/22). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei nº 122/22. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 122/22, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, por vinte e cinco votos SIM e uma ABSTENÇÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino, e tendo optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Foi registrada a intenção de Gilson Padeiro em ter votado favoravelmente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 122/22. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Aldacir Oliboni solicitando inclusão de matéria na priorização na Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 034/22 (Processo 0777/22). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 176/22 (Processo 0886/22). Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 401/22 (Processo nº 0828/22), discutido por Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro, José Freitas, Fernanda Barth, Alvoni Medina, Comandante Nádia, Moisés Maluco do Bem, Mari Pimentel, Jonas Reis e João Bosco Vaz e encaminhado à votação por Felipe Camozzato. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Mari Pimentel e de Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 401/22 e foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio da referida Emenda às Comissões Permanentes. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei nº 401/22, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, por quinze votos SIM e dezessete votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário, e tendo votado Não Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Giovane Byl, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 401/22, em votação nominal determinada por Lourdes Sprenger, presidindo, por doze votos SIM e dezoito votos NÃO, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely e Ramiro Rosário, e tendo votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Giovane Byl, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro

Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, após ser encaminhado por Idenir Cecchim e Jonas Reis, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 033/22 (Processo 0776/22). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 023/22 (Processo 0679/22). Às dezoito horas e trinta e quatro minutos, constatada a inexistência de quórum, os trabalhos foram encerrados, convocando-se os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim, Mari Pimentel, Comandante Nádia e Lourdes Sprenger. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):

Senhoras e senhores, boa tarde. Neste momento, damos início à homenagem pelos 185 anos da Brigada Militar, proposição de autoria da Mesa Diretora. Convidamos para compor a Mesa: o coronel Rogério Stumpf Pereira Júnior, chefe do Estado-Maior da Brigada Militar, neste ato representando o comandante-geral da Brigada Militar; o coronel Mário Ikeda, Sr. Secretário de Segurança Pública; o coronel Moraes, comandante da Reserva Ativa da Brigada Militar.

Prestigiam este evento o Sr. Gelson Luiz Guarda, secretário adjunto da segurança pública; o coronel Marco Dangui, presidente da Liga de Defesa Nacional; o coronel Severo, representando o departamento de informática da Brigada Militar; o major Marcelo Medeiros, representando a Associação dos Oficiais da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar – Asofbm; o tenente Roberto José Larrossa, presidente da Associação dos Oficiais do Rio Grande do Sul; o Sr. Ricardo Agra, da Associação dos Sargentos, Tenentes e Subtenentes da Brigada Militar; e o Sr. Guershon Kwasniewski, representante do Grupo de Diálogo Interreligioso de Porto Alegre.

Com a palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Idenir Cecchim.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde, composta a Mesa, convido a Ver.^a Comandante Nádia, proponente desta homenagem, junto com a Mesa Diretora, para fazer uso da palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Vejo toda essa plêiade de trabalhadores, de irmãos de farda que estão aqui, trazendo mais proteção, mais cor, mais tranquilidade para esta Câmara de Vereadores. Enfim, senhores e senhoras, oficiais, praças, quero fazer um cumprimento também à minha mãe, que está aqui representando a família brigadiana; sabemos que família é tudo. É uma honra tê-los aqui presentes neste momento tão especial, ocasião em que celebramos os 185 anos da nossa gloriosa Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Eu tenho muito orgulho de, nesta tribuna, representar todos que fazem parte dessa instituição extremamente necessária. Cabe o esclarecimento de que o Presidente Idenir Cecchim, por meio da Mesa Diretora – que faço parte também, assim como outros colegas vereadores –, em nenhum momento, pestanejou de fazer esta homenagem – homenagem que não precisa ser somente no dia 18 de novembro, dia da nossa Brigada Militar, mas que deve ser feita todos os dias. Por isso, muito obrigada, Presidente Cecchim e a todos os colegas da Mesa, por terem, sim, aceitado para os 36 vereadores hoje poderem aqui homenagear essa instituição mais do que centenária. Contamos com uma bela história, iniciada em 18 de novembro de 1837, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, quando o então Presidente Antônio Elzeário de Miranda e Brito promulgou a Lei Provincial nº 07, criando a força policial da Província. Desde então, os gaúchos contam com uma instituição que trabalha com a missão de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio do nosso Estado, cumprindo com excelência o preceito constitucional e proporcionando à sociedade gaúcha a segurança necessária com policiais militares qualificados e muito bem treinados. Não tenho dúvida alguma de que contamos com a melhor polícia militar do nosso País, com mulheres e homens de brio e capazes de abdicar de momentos com suas famílias para se dedicarem a essa honrosa profissão que, muitas vezes, faz com que vidas sejam perdidas. Vocês, diligentes, são os melhores exemplos para a nossa sociedade gaúcha, pois são capazes de conciliar uma jornada desgastante, e, mesmo assim, atendem, com presteza e com muito carinho, as nossas famílias. Por isso, nada mais justo do que, nesta ocasião, serem lembrados com essa singela homenagem. Deus me concedeu a oportunidade e a alegria de nascer em um berço militar; filha de sargento, neta de soldado que chegou a coronel, sobrinha de militares, tenho como referência suas vidas ilibadas, detalhes marcantes que me orgulham e que fizeram com que eu optasse pela vida militar. Seus ensinamentos e virtudes militares moldaram o meu caráter para o bem. Durante 28 anos, servi, dediquei, batalhei, fiz grandes amizades, mas posso dizer que, verdadeiramente, eu vivi a nossa Brigada Militar, algo que me lisonjeia muito. Ao vestirmos essa farda, somos muito mais do que policiais, nós nos tornamos heróis, muitas vezes, anônimos, é verdade, mas, mesmo assim, somos capazes de salvar vidas, trazer paz e trazer segurança. Quero fazer uma referência, também, ao presidente da Aiamu, nosso presidente Johnny, que se faz presente, homenageando a Brigada Militar.

Entretanto, em nossa trajetória, nem sempre encontramos flores; aliás, os espinhos são diários e algumas vezes fatais. Enfrentamos o crime e o mal de frente sem temer ou recuar, estamos expostos às piores armadilhas. Desejo vida longa a nossa Brigada Militar e que continue exercendo com eficácia esse brilhante trabalho. Venho me dedicando, com bastante afinco, aqui na Câmara de Vereadores, com o objetivo de não sermos apenas figurantes, mas saibam que os militares gaúchos têm voz e têm vez aqui no Parlamento. (Palmas.) Quero cumprimentar também o nosso presidente da Fundação Walter Peracchi de Barcellos, é um prazer tê-lo aqui, presidente.

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigada, Ver.^a Comandante Nádia. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabéns à Brigada Militar pela sua história de tantos serviços prestados à população gaúcha. Minha gratidão a todos que integram a corporação, homens e mulheres dedicados a proteger a sociedade gaúcha contra a criminalidade, que contribuem com a sua coragem e com o seu compromisso para a nossa proteção, pondo em risco as suas próprias vidas. É, de fato, um trabalho incansável, repleto de responsabilidade, pelo bem e pela ordem, que merece atenção e valorização sempre, Ver.^a Comandante Nádia. Nomeando o coronel Rogério Stumpf Pereira Júnior, chefe do Estado-Maior da Brigada Militar, eu quero aqui fazer um cumprimento, de coração, a todos. Na minha caminhada política, a área da segurança pública e seus servidores, como os brigadianos, são causa e prioridade. Contem sempre comigo! Missão dada é missão cumprida. Obrigada. (Palmas.)

Vereadora Fernanda Barth (PSC): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) É uma alegria estar aqui, nos 185 anos da Brigada, com amigos. Parabéns pela ocasião! Ver.^a Comandante Nádia; meu querido amigo coronel Danguí, da Liga da Defesa Nacional; meu amigo coronel Ikeda, cumprimento todos. O coronel Ikeda, que, além do papel relevantíssimo que tem hoje como secretário municipal de segurança, é suplente de vereador desta Casa, e muito me alegra saber que se eu tiver que sair daqui, estarei muito bem representada pelo coronel Ikeda. É com imensa honra que eu venho parabenizar a nossa valorosa Brigada Militar pelos seus 185 anos de história, essa corporação que presenteia diariamente o povo gaúcho com seu trabalho incansável para a preservação da ordem pública e permanente defesa da sociedade. Essa homenagem é pouco comparada aos 185 anos em que a Brigada vem contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado. Criar o hábito de agradecer a vocês que são heróis da vida real deveria ser uma atitude tomada por todos nós diariamente; as homenagens não deveriam jamais cessar. Ressalto que todos dependemos de segurança, independente do poder aquisitivo, e, apesar de o Estado apresentar dificuldades, a BM vai continuar firme e forte como sempre fez, ontem, hoje e amanhã. Destaco ainda o valoroso serviço prestado por esses policiais militares que sacrificaram a sua vida em prol dos valores morais, éticos e legais da sociedade gaúcha, seguindo o que dita o juramento da Brigada Militar: “...dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida”. São exemplos que ficam. Por fim, vamos imaginar a vida sem o trabalho da Brigada – caos instalado, baderna generalizada, mal crescendo em cada espaço da sociedade –, pois assim, dessa maneira, conseguiríamos enxergar a força, a potência e a essencialidade dessa corporação em nossas vidas. O nosso muito obrigado à Brigada Militar pelos indispensáveis serviços prestados a nossa comunidade e por todo suor e sangue que já derramou para a proteção e organização do nosso País. Muito obrigada a todos os senhores. Vocês nos representam. (Palmas.)

Vereador Airto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero trazer um abraço fraterno e carinhoso à colega e amiga Comandante Nádia pela homenagem que presta aqui. Eu não poderia deixar de me somar a esta homenagem aos 185 anos da Brigada. Eu sou servidor público por excelência, eu tenho 50 anos de serviço público, trabalhei na União, trabalhei no Estado e ando aqui trabalhando pelo Município de Porto Alegre há muitos anos, algumas décadas aqui na Câmara; eu quero cumprimentar a nossa Ver.^a Comandante Nádia pela homenagem, cumprimentar todos os brigadianos e brigadianas que estão conosco aqui na Câmara nesta tarde, e aqueles que aqui não estão também. Quero dizer que, como servidor público, eu tenho acompanhado a posição, a manifestação, o sentimento do povo gaúcho, quando se fala no serviço público, e tenham certeza, V. Sas., de que, na verdade, a Brigada Militar é uma instituição que tem o respeito e o carinho do povo gaúcho e do povo porto-alegrense pelos valerosos e inestimáveis serviços que presta à segurança do nosso Estado, da nossa capital e do nosso povo. Parabéns a vocês, parabéns à Brigada e parabéns ao povo gaúcho pela excelência que essa instituição representa aqui no Estado. Aquele abraço e eu não poderia deixar de estar aqui para me manifestar mesmo que rapidamente a esse respeito. Obrigado. (Palmas.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Presidente, quero cumprimentar o nosso secretário municipal de Segurança, nosso querido amigo Mario Ikeda, e, cumprimentando-o, cumprimento todos os membros da Mesa. Parabéns, Ver.^a Comandante Nádia, por esta homenagem; nós já tivemos aqui, por muitas vezes, a Brigada, e nunca é demais, sempre é muito bom ter a Brigada Militar conosco pelo papel que vocês representam na nossa sociedade. Passa ano, passa ano e vocês, cada vez mais, se doam para cuidar das nossas vidas, e isso não tem preço. Quando a gente mais precisa é a vocês que a gente recorre, então é muito importante podermos homenageá-los nesta data. Vida longa à Brigada Militar e muito obrigada por existir! (Palmas.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nobre colega Ver.^a Nádia, obrigado pelo aparte; da mesma forma, parabenizo-a pela iniciativa. Em nome da oposição, Presidente, queria dizer da nossa enorme gratidão e reconhecimento à Brigada Militar. Nós sabemos o quanto é importante, independentemente de ser governo ou não, o papel da Brigada Militar, nós sabemos o quanto é importante o cidadão ter o direito de ir e vir, desde que não atrapalhe a vida de outros cidadãos. Por isso nós não só prezamos pelo seu trabalho, mas principalmente, por aquelas pessoas que muitas vezes perdem a vida em serviço. Eu moro aqui na região leste e já acompanhei vários problemas incríveis que aconteceram com a perda de vida de cidadãos, trabalhando, o último foi aqui na Vila Conceição, infelizmente, dois soldados que perderam a vida; o 18º Batalhão, nobre vereadora, em que V. Exa. também foi a comandante, no período do nosso governo, na periferia da cidade, sendo

de enorme risco de vida para esses profissionais que hoje atuam no seu dia a dia. Por isso, nobre Ikeda, o reconhecimento desta categoria, e sempre lutar pelos seus direitos preservados é uma das motivações que todos nós temos que ter como compromisso, e neste dia lembramos também todos aqueles que lutam pela segurança dos cidadãos, e também pela qualidade e reconhecimento ao trabalho prestado. Forte abraço, sucesso e parabéns pelos 185 anos de vida. (Palmas.)

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Boa tarde a todos; parabéns, Comandante Nádia pela homenagem, 185 anos da Brigada. Eu sou servidor público da justiça, já trabalhei diretamente com a presidente do tribunal, e ela falava que a polícia é a personificação do Estado; é a polícia que faz com que as ordens que são emitidas pelo Judiciário, pelos órgãos competentes, possam ser efetivamente cumpridas. Se não fosse um policial na ponta para fazer a ordem ser cumprida, efetivamente, tudo isso aqui não seria possível, não seria possível a Câmara de Vereadores, a Prefeitura, o governo do Estado, a União. Então é graças à coragem de vocês que isso é possível, e compete a nós fazer com que essa máquina funcione cada vez melhor, porque somos nós os parlamentares que discutimos ideias e entregamos soluções às vezes boas e às vezes ruins para a sociedade. Com relação à questão das ideias, às vezes boas e às vezes ruins, eu vejo muitas vezes os colegas da Brigada, os colegas da Polícia Civil e outras polícias lutando pelo Estado, em nome do Estado, utilizando uma arma dada pelo Estado, seguindo as regras ordenadas pelo Estado, mas, quando aquele policial faz uma ação e isso acarreta numa má imagem para o Estado, todo Estado se volta contra aquele agente que estava somente operando a lei e o direito no contato com a situação fática. A gente fala, muitas vezes, que é muito fácil tu tomares uma decisão e julgares alguém, no ar condicionado, enquanto quem estava lá na frente fazendo enfrentamento era alguém que não teve sequer um segundo para tomar uma decisão na hora de ter uma ação.

Então, nesse sentido, uma das propostas que a gente está construindo, óbvio que aqui não é o melhor lugar para isso, mas gestionando, como ideia, levando para o governador, é a ideia de um seguro policial. Falava numa defensoria pública policial, mas nós sabemos que alguns colegas da polícia não se sentem seguros para contar com os advogados do Estado para fazer a sua defesa. Então, o seguro policial, um *voucher* advocatício para que vocês possam exercer a sua função, sabendo que a sociedade que lhes confiou a responsabilidade de agir em seu nome tenha também uma noção de que existe um colchão para que aquela situação que foi tomada em nome do Estado seja também acolhida com, pelo menos, a tranquilidade de poder dormir com a cabeça tranquila no travesseiro, por ter, pelo menos, o direito de defesa sem precisar tirar do próprio bolso. Hoje, acontece, muitos de você, e vocês sabem disso, porque vivem isso diariamente, muitas vezes, pensam duas vezes antes de agir porque sabem que o mesmo Estado que lhes deu as ferramentas para trabalhar não lhes deu as condições de conseguirem dormir em paz por terem agido em nome do Estado. Então, sabendo que é uma pauta da própria Ver.^a Comandante Nádia e de muitas pessoas daqui, quando

tivermos oportunidade, com certeza, lutaremos por esse pleito para vocês. Parabéns e obrigado por guardarem a sociedade para nós todos. Boa tarde! (Palmas.)

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Boa tarde, cumprimentos, Nádia, pela iniciativa; cumprimento todos os senhores que compõem a Mesa; gostaria apenas de manifestar, enquanto representante da bancada do partido NOVO, meu agradecimento, como cidadão e como representante eleito, pelo serviço que a Brigada Militar presta para o nosso Estado do Rio Grande do Sul. Acredito que a força da Brigada Militar, a instituição que ela representa é talvez hoje uma das instituições mais sólidas e que tem uma das melhores reputações junto à sociedade e é valorizada pelo cidadão. É mérito de todos os soldados, todos os seus agentes por construírem a instituição tão valorosa para todos nós. Então, resta a nós cidadãos, representantes dos cidadãos, agradecer o serviço da Brigada Militar. Fico feliz de poder contribuir também em iniciativas, como o Instituto Cultural Floresta, que também reconhece o trabalho das forças de segurança, e acho que nós, enquanto representantes, temos que, cada vez mais, dar condições para que os soldados e as nossas instituições de segurança pública, em especial, as nossas polícias possam fazer o enfrentamento à criminalidade, o enfrentamento à injustiça, como a Brigada vem fazendo com muito vigor, com muita responsabilidade, com muita altivez. Então, cumprimentos pela data e cumprimentos, vereadora, pelo reconhecimento a essa instituição tão querida por todos nós. (Palmas.)

Vereador Alexandre Bobadra (PL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Sr. Presidente, em nome da bancada do PL, que é o partido do Presidente da República, os nossos cumprimentos à Brigada Militar por essa data tão importante, à Comandante Nádia, mais uma vez, com uma brilhante homenagem. Eu vejo aqui grandes amigos, grandes professores que eu tive: coronel Ikeda, coronel Danguí, coronel Stumpf, comandante da Brigada Militar. Enfim, estou muito orgulhoso por ter pertencido a nossa Brigada Militar, que é responsável não só pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, mas sim por ser o primeiro braço do Estado na nossa comunidade, dando a sensação de segurança para o nosso Estado, para que as pessoas possam estar nas ruas, consumindo, e esse consumo possa gerar atributo, riqueza para ser investido em educação, saúde, segurança e programas de desenvolvimento. Da mesma forma, quero prestigiar os meus amigos das diversas associações de classe da Brigada Militar que estão aqui prestigiando – Associação dos Oficiais; dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes; dos Cabos e Soldados –, enfim, a Brigada Militar é muito importante para nós. E tenho o orgulho muito grande de fazer agora, ano que vem, junto com a minha turma, 20 anos de Brigada Militar, se assim eu estivesse. Eu fiquei cinco anos no Exército, três na Brigada Militar, e quase vinte anos na Polícia Penal, então eu tenho muito orgulho de ter amigos desse lado aí e me emociono de estar, hoje, como vereador de Porto Alegre e ser um dos representantes da segurança pública aqui, junto da Comandante Nádia, que brilhantemente representa a Brigada Militar conosco aqui. Então, Brigada para sempre, o nosso destino, a nossa

obrigação é servir. Orgulho da Brigada. Beijo no coração de todos vocês, fiz parte do Batalhão Pedro e Paulo, mas tinha ciúmes do batalhão da frente, o Batalhão de Ferro. Beijo no coração, contem sempre conosco e vida longa à nossa briosa Brigada Militar. Para encerrar, me lembro quando teve a greve da Carris, e os brigadianos tiveram que dirigir os ônibus da Carris. Então, quando a sociedade não tiver mais braço, chama a Brigada. (Palmas.)

Vereador Cezar Augusto Schirmer (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Querida Ver.^a Comandante Nádia, que honra não só a Brigada, mas esta Casa pela sua atuação destacada ao longo do tempo e agora. Quero, primeiro, me associar à iniciativa da Ver.^a Nádia, destacando o aniversário da Brigada Militar, mas obviamente que isso nos permite, sim, destacar toda uma longa e profícua trajetória dessa instituição. Nós sabemos o quanto a área pública tem se degradado no Brasil e também no Rio Grande do Sul, porque aqui não é diferente, mas poucas instituições, senão a única, que se manteve íntegra, que se manteve intacta, que se manteve reconhecida, que se manteve aplaudida pelo reconhecimento das multidões e de todos os gaúchos é a Brigada Militar. Eu quero trazer não só o depoimento do homem público, ocupando diferentes funções, mas de alguém que, antes de ter sido secretário de segurança, já admirava a Brigada. Depois de ter sido secretário de segurança, conheci a Brigada por dentro, as suas dificuldades, as suas vicissitudes, as suas incompreensões externas, as dificuldades que enfrenta para o combate ao crime e, apesar dessas dificuldades, desses problemas e às vezes até do não reconhecimento de parcela da opinião pública, da população, da imprensa e do Poder Judiciário, continua de forma intensa, vigorosa e forte, cumprindo as suas funções e as suas obrigações. Portanto, trago este depoimento de quem antes de ser secretário de segurança já admirava a Brigada Militar, mas depois de ser secretário de segurança, convivendo com os brigadianos, vivenciando as suas dificuldades, os seus problemas, as suas mazelas, o dia a dia dessa instituição, hoje eu não tenho nenhuma dúvida em afirmar que a Brigada honra o Rio Grande, sempre honrou o Rio Grande, honrará o Rio Grande sempre e é uma instituição que nos dignifica e dignifica o povo gaúcho e qualquer governo do Rio Grande. Parabéns à Brigada Militar! Continuem sendo o que são, não se deixem poluir pelos constrangimentos externos das diferentes dificuldades num País que, muitas vezes, valoriza mais a arma empunhada pelo criminoso do que arma empunhada pelo brigadiano e que, muitas vezes, reconhece um direito do criminoso e não reconhece o do brigadiano no exercício das suas legítimas funções. Portanto, eu quero, não porque estamos aqui numa solenidade, mas afirmar aquilo que trago no meu coração, a admiração profunda por essa instituição tão valorosa e da qual tanto dependem os gaúchos. Muitas vezes, Ver.^a Comandante Nádia, quando eu citava a Brigada, não só a Brigada, mas as demais instituições da segurança pública, eu usava uma frase que o primeiro-ministro Churchill usou durante a 2^a Guerra Mundial, quando se referia à Força Aérea Britânica, ele dizia: “Nunca tantos deveram tanto a tão poucos.” Foi a batalha aérea da Inglaterra que o Reino Unido ganhou da Alemanha nazista. “Nunca tantos deveram tanto a tão poucos.” Pois o mesmo deveria

dizer os 11 milhões de gaúchos aos 25 mil integrantes das forças de segurança do Rio Grande do Sul: nunca tantos gaúchos deveram tanto a tão poucos. Parabéns à Brigada Militar. (Palmas.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Na cidade, no campo e na serra, só o bem e a paz conduzir. Está materializado, Presidente, através desta sessão solene, a reverência e o reconhecimento do Poder Legislativo de Porto Alegre, através dos seus 36 vereadores e de toda a população, aos militares, homens e mulheres da ativa e os inativos que representam a nossa corporação em todos os rincões, com coragem, abnegação, destemor, desafiando a morte para garantir a segurança pública do nosso Rio Grande do Sul. A todos vocês, do soldado mais moderno ao coronel da reserva mais antigo, a minha melhor continência. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. De imediato, passo a palavra ao coronel Rogério Stumpf Pereira Junior – chefe do Estado-Maior da Brigada Militar.

SR. ROGÉRIO STUMPF PEREIRA JUNIOR: Boa tarde a todos, primeiramente eu queria cumprimentar o nosso Ver. Idenir Cecchim pela iniciativa de homenagear a Brigada neste momento, nesta Casa. A Brigada Militar, o comando, agradece a iniciativa. Não poderia também deixar de agradecer a presença aqui do coronel Ikeda, nosso ex-comandante-geral, secretário de segurança municipal, mas um brigadiano da gema que muito fez pela Brigada Militar e continua fazendo, um parceiro que muito nos ajuda, uma pessoa que está sempre à frente na área de segurança pública; coronel Severo, nosso diretor de informática, que hoje faz um trabalho de extrema capacitação e responsabilidade dentro da Brigada, tentando cada vez mais, nas dificuldades, como foi citado aqui, que a gente consiga modernizar cada vez mais a Brigada Militar, para que a gente tenha maior eficácia na função policial militar, no trabalho de policiamento ostensivo. Também não poderia deixar aqui de saudar o coronel Marco Danguí, nosso presidente da Liga da Defesa Nacional, também os nossos representantes: major Medeiros, da associação dos oficiais; o Agra, um grande amigo; Larrossa, também é nosso tenente; coronel Moraes, nossa Reserva Ativa, um representante também de todos aqueles policiais militares que já cumpriram a sua rotina dentro da Brigada, mas continuam conosco, nos auxiliando em todos os momentos. Também não poderia deixar de mencionar aqui todos os vereadores que estiveram aqui falando e enaltecendo o trabalho da Brigada Militar: nossa Comandante Nádia, entramos juntos em 1989, uma pessoa sensacional que, desde 1989, sempre defendeu e continua, cada vez mais, defendendo o nome da Brigada Militar; nossa Ver.^a Barth, também pelas palavras; o nosso Ver. Airto Ferronato, a Ver.^a Cláudia Araújo, o Ver. Aldacir Oliboni, o Ver. Jessé Sangalli, o Ver. Felipe Camozzato, o Ver. Alexandre Bobadra, que também fez parte das nossas linhas; e o nosso sempre secretário, Cezar

Schirmer. Então, senhoras e senhores, agradeço as suas palavras, em nome da Brigada Militar, o comando só tem a agradecer toda a representatividade dos senhores, pelas palavras, em nome da Brigada Militar. Neste momento singular, nesta Câmara Municipal, é de extrema importância relatar os agradecimentos pela homenagem feita à Brigada Militar, pelos seus 185 anos, na proposta do Ver. Idenir Cecchim, homem especialista em gestão pública, muito tempo junto à antiga SMIC e a outros órgãos, uma representatividade de exemplo dentro da administração pública. Então, muito obrigado pela homenagem.

Assim diante dessa honraria e reconhecimento do trabalho da corporação, não poderia deixar de contar um pouco do que é a Brigada Militar. São poucas instituições que são tão longevas no Estado, a sua história representa a história do próprio Estado. Uma sociedade, para se instituir, sempre busca regras, costumes e formas de convivência que resultam sempre em um pacto social, em que são produzidas as leis; isso, desde os primórdios da civilização. Logo, através de um pacto social, se desenvolve normalmente um contrato social. Temos alguns pensadores que já trataram desse assunto, que têm as suas ideias, independentemente do tipo de governo, e aí se estipulam as regras, as leis, mas se tira uma coisa desses pensadores, uma única similaridade, que são regramentos, mas, na verdade, tem que haver as leis e o Estado para manter o funcionamento dessas leis. Ao falarmos em Porto Alegre, aqui no Rio Grande do Sul, no Porto dos Casais, em 1772, não foi diferente; onde temos um Estado, temos que ter regramentos e formas de manutenção de ordem, cada um em seu período. Só que, ao falarmos do Rio Grande do Sul, a manutenção da ordem, inicialmente, desde os seus primórdios, era por forças federais. Só que, em 1837, dentro do contexto da época, a corporação foi criada. E aqui, a Comandante Nádia citou que tivemos, na época, Antônio Elzeário de Miranda e Brito, que promulgou a Lei nº 7, criando a Força Policial da Província. Vocês sabem qual é a missão dessa força policial? São duas linhas, a função de manter a ordem e a segurança pública na capital, nos subúrbios e nas comarcas – não muda muito daquilo que é hoje a função da Brigada Militar. Então, desde o seu início, dos primórdios, a função já é proteger a população gaúcha. Tivemos muitas evoluções, mas sempre tem que haver um estado de direito e alguém para garantir que os direitos e as liberdades das pessoas sejam garantidos e preservados. A Brigada, desde a sua criação, sempre foi constituída para a preservação da ordem pública, mas não só isso, a Brigada, pela sua história também foi a garantia das fronteiras do País e do nosso Estado: em meados de 1865, defendeu a invasão dos paraguaios; em 1892, com a Proclamação da República, é instituída a Guarda Civil, novo nome da Brigada Militar. Em período subsequente, em 1893, tivemos a Revolução Federalista; em 1923, tivemos a Revolução Assisista, a revolução tenentista, Coluna Prestes, a Revolução de 1930, Revolução de 1932. Em todos esses períodos, a Brigada Militar esteve junto ao Estado, junto à federação, defendendo a sociedade de direito. Então, não é de hoje que a Brigada faz a atuação para defender a sociedade gaúcha e a sociedade brasileira. Nós temos um exemplo aqui, em São Paulo, a Batalha do Buri, na Revolução 1930, em que morreu Apparício Borges, um ícone do 1º Batalhão de Polícia Militar, do primeiro batalhão que foi instituído na Brigada Militar, um dos nossos

primeiros heróis, mas nós temos heróis todos os dias. Todos os dias eles estão defendendo a sociedade. Invariavelmente os heróis, às vezes, tombam, e nós temos que levar à família todo o amor da corporação para suprir aquele herói que vai faltar na vida daquela família brigadiana. Na história da Brigada, esses heróis estão no dia a dia e sempre estão na preservação da ordem pública e no cumprimento dos regramentos constitucionais. Os senhores aqui dentro desta Câmara Municipal, na sua competência, estipulam as regras e os preceitos da população de Porto Alegre. Nessas mediações de direito, quando algum fato vier se sobrepôr à legalidade e seja fato de manutenção da ordem pública, ali estará a Brigada Militar para a instituição manter o ordenamento proposto. A Brigada ali está pronta para garantir os direitos, tendo a incumbência de defender a sociedade gaúcha e porto-alegrense. Não existe lei que não tenha um ente de estado que venha propor o respeito ao cumprimento dessas leis.

A nossa instituição tem, como negócio estratégico, a paz social, a tranquilidade e a segurança pública. A nossa missão é proteger a sociedade, contribuindo para a qualidade de vida e para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Na atividade de polícia ostensiva, a gente sempre busca que seja reconhecida pela sociedade como instituição de trabalho moderna, profissional, efetiva; que sejam exercidas, na plenitude, as atividades dos policiais para a proteção de todos os cidadãos. Os valores da Brigada Militar são adquiridos nos cursos e no seio de nossa instituição. Aqui eu os cito porque nós sempre temos que citar aquilo que mantém a força da nossa instituição: hierarquia, disciplina, ética, comprometimento, lealdade, proatividade, profissionalismo, excelência na execução do serviço policial, legalidade, transparência e responsabilidade social. Esses são os preceitos da nossa corporação, e nós sempre temos que segui-los. Também não poderia deixar de mencionar esses homens e mulheres que estão aqui neste plenário, alguns representantes dos nossos batalhões, da própria área policial e de administração. Esses servidores militares que estão aqui são os heróis do dia a dia, são aqueles que colocam suas vidas em prol da sociedade gaúcha. Aqui só tenho que, como comando da Brigada Militar, agradecer a cada um de vocês pelo trabalho do dia a dia, pelo que fazem em prol da sociedade gaúcha. São heróis que trabalham com perseverança, perspicácia, coragem, bravura e heroísmo, cada um colocando em risco a sua vida. Por dia, a Brigada Militar atende mais de dois mil fatos, colocando em risco a sua vida para defender o estado de direito. Esses são os heróis anônimos que nós temos e que defendem o Estado no seu dia a dia. Se a Brigada Militar tem 185 anos, é uma instituição forte, eles são a referência e o alicerce que mantêm o nome da Brigada Militar. Quem faz o nome da Brigada Militar é cada soldado, no seu dia a dia, defendendo a sociedade gaúcha. Portanto, para finalizar, o comando da Brigada Militar agradece a homenagem externada pela Câmara Municipal aos 185 anos da corporação. Digo que tenho a certeza de que continuaremos defendendo todos dentro dos direitos individuais e dos preceitos legais de um estado de direito. Brigada Militar, a força da comunidade gaúcha que sempre estará na defesa da sociedade gaúcha. Parabéns à Brigada Militar, parabéns a todos esses heróis que estão aqui e àqueles que estão hoje, na rua, defendendo a nossa sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, coronel Stumpf. Queria anunciar a presença do presidente da FunPeracchi, Dr. Roberto Alexandre; seja bem-vindo, obrigado por estar aqui. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h07min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h08min: Estão reabertos os trabalhos. Convidamos o rabino Guershon Kwasniewski; o pastor Renan Schlemper, da Igreja Luterana; o Babalorixá Tito de Xangô; a Sra. Taciane Teixeira, do Dirpoa; e a Sra. Maria da Graça, representante da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, para que façam parte da Mesa.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Senhoras e senhores, dentro de mais alguns instantes, nós estaremos inaugurando o Espaço Inter-Religioso da Câmara Municipal de Porto Alegre. Esse espaço tem por objetivo oferecer a todos que transitam pelo Legislativo Municipal um local de privacidade para a prática de meditação e oração, independentemente de sua crença, compreendendo as necessidades desse momento para o bem-estar de todos. Com um investimento bem pequeno, a Mesa Diretora da Câmara Municipal vai ao encontro do bem-estar mental e espiritual dos seus funcionários e da comunidade porto-alegrense.

Neste momento, passamos a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Idenir Cecchim.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): De imediato, convido o rabino Guershon para que, da tribuna, dê uma bênção para todos nós.

SR. GUERSHON KWASNIEWSKI: Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, amigo Idenir Cecchim, em seu nome, cumprimento todos os vereadores desta Casa. Quero trazer uma palavra de parabéns, em nome do Grupo de Diálogo Inter-Religioso de Porto Alegre, pelos 185 anos da Brigada Militar. Parabéns por esta data tão importante para todos. O motivo pelo qual nos encontramos nesta honorável Casa, é para inaugurarmos, a convite do Sr. Presidente, uma sala inter-religiosa. Esta é a Casa do Povo de Porto Alegre, esta é a casa na qual todos são muito bem-vindos, independente da origem, independente da sua religião. Entendemos que temos uma responsabilidade, como grupo inter-religioso, de compartilhar com vocês a nossa espiritualidade, mas que vocês também possam alimentar a vossa espiritualidade neste local onde são tratados assuntos tão importantes para os cidadãos. Junto com todas as religiões da matriz afro-brasileira, a Federação Espírita do Rio Grande do Sul, a Igreja Luterana Brasileira, os nossos irmãos católicos, os nossos irmãos bahá'is, os nossos irmãos anglicanos, os nossos irmãos islâmicos, os nossos irmãos budistas, representamos o grupo de diálogo inter-religioso. Queremos trazer uma palavra de bênção também para cada um de vocês por esta data importante. (Procede à bênção em hebraico.) Temos uma bênção muito importante, quando pedimos a Deus que nos

abençoe na hora de sair e nos abençoe na hora de chegar. Imagino que cada um de vocês, quando veste a sua farda pede também essa mesma bênção para que Deus lhes abençoe na hora de sair de casa e para que também possam voltar para casa com bênção. Também vocês, na tarefa importante de dirigir os passos desta nossa cidade. Convido todos para ficar em pé para este momento de oração. Como falava o rabino Abraham Joshua Heschel, falecido exatamente há 50 anos: O homem é um instrumento de Deus na terra para lembrarmos Ele. Cada vez que olhamos para o homem, lembramos também para Deus. Portanto, que possamos lembrar da existência do todo poderoso desenvolvendo com dignidade os nossos trabalhos, perseguindo a justiça, perseguindo a verdade, perseguindo os mais nobres ideais desta Casa. Quando vocês chegaram a esta tribuna, sem dúvida fizeram um juramento; que possam honrar esse juramento, que todos nós possamos jurar, possamos honrar os princípios da dignidade humana. Lembrando que respeitar as religiões também é respeitar os direitos humanos. Desejo que esta Casa e que esta cidade possam ser exemplo para o mundo do que significa o respeito. Bênção arábrica: (Procede à bênção em hebraico.) “Que o Eterno te abençoe e te guarde. Que o Eterno ilumine a tua presença e te agracie. Que o Eterno a cada um de vocês se volte e nos conceda a paz”. Digamos juntos: Amém. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Muito obrigado, rabino Guershon.

Suspendo a sessão por cinco minutos para os vereadores, que quiserem, acompanharem o grupo inter-religioso, para inaugurarmos o espaço inter-religioso da Casa do Povo de Porto Alegre.

Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h15min.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h32min: Estão reabertos os trabalhos.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0993/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 040/21, de autoria dos Vers. Jonas Reis, Aldacir Oliboni e Pedro Ruas e da Ver^a Bruna Rodrigues, que altera os limites da Subunidade 04 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 80 da Macrozona (MZ) 01 e cria e institui como Área Especial de Interesse Social (AEIS) III a Subunidade 13 na UEU 80 da MZ 01, definindo-lhe regime urbanístico e dando outras providências. **(SEI 210.00464/2021-19)**

PROC. Nº 0060/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 030/22, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que institui a Política de Criação de Composteiras no âmbito do Município de Porto Alegre. **Com Emenda nº 01, da Ver^a Cláudia Araújo. (SEI 161.00020/2022-24)**

PROC. Nº 0499/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 249/22, de autoria do Ver. Matheus Gomes e das Ver^{as} Karen Santos, Laura Sito, Daiana Santos e Bruna Rodrigues, que estabelece restrições ao uso de tecnologias de reconhecimento facial pelo Poder Público no Município de Porto Alegre. **(SEI 217.00034/2022-73)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0757/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 380/21, de autoria da Mesa Diretora, que fixa os subsídios mensais do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais de Porto Alegre para a XIX Legislatura, período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028. **(SEI 014.00026/2022-68)**

PROC. Nº 1205/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 046/21, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que altera o art. 9º da Lei Complementar nº 694, de 21 maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, vedando a realização de eventos que envolvam maus-tratos ou crueldade com animais, bem como a utilização ou a exposição de animais no ato de esmolar. **(SEI 035.00119/2021-91)**

PROC. Nº 0436/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 225/22, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que institui o Programa Municipal de Vacinação contra a Leishmaniose Animal. **(SEI 035.00049/2022-51)**

PROC. Nº 0437/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 226/22, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui o evento Feira Vegana no Anexo I da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser realizado, no primeiro domingo de cada mês, no Parque Farroupilha e, no terceiro domingo de cada mês, no Largo Zumbi dos Palmares, e dá outras providências. **(SEI 035.00050/2022-86)**

PROC. Nº 0856/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 417/22, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui a efeméride Dia Municipal de Luta Contra o Femicídio e a Violência Contra as Mulheres no Anexo da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser realizado, anualmente, no dia 25 de março. (SEI 021.00245/2022-30)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Registramos a presença do Ver. Flavius Dajulia, do município de Bagé.

A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde aos colegas vereadoras e vereadores. Eu trago aqui um assunto muito importante, uma denúncia que recebi no nosso mandato do Sindicato dos Agentes de Fiscalização de Trânsito do Município de Porto Alegre, o Sintran. Nós temos uma situação extremamente delicada que é a seguinte: os agentes de fiscalização têm sido obrigados a entrarem em veículos da empresa terceirizada para realização de um trabalho que não é da sua competência. São obrigados a liberarem sua matrícula da EPTC para multas futuras, determinadas pela empresa e pelos agentes, segundo a denúncia que foi entregue pelo Sintran, que nós, portanto, remetemos ao Ministério Público para que possa fazer a devida averiguação dessa denúncia. Portanto, ela envolve três pontos que são muito críticos: a pressão espúria e ilegal sobre os agentes da EPTC; o desvio de função desses funcionários da EPTC; além de crimes administrativos. Isso gera um conflito de interesses na prestação de serviço, na execução das multas, além de provocar um prejuízo aos servidores e à população de Porto Alegre. Na prática, é um benefício ilegítimo à empresa terceirizada que tem serviços de sua responsabilidade executados forçadamente por servidores públicos. É mais um exemplo do sintoma característico da terceirização: uma relação de benefício de uma empresa privada em detrimento do interesse público. Nós denunciemos este caso ao Ministério Público e exigimos tanto respostas da Prefeitura quanto uma abertura de procedimentos legais e administrativos para que nós possamos apurar essas irregularidades. Infelizmente, este é um caso que traz uma sensibilidade, que muitas pessoas já vinham observando, quando recebi aqui servidores da EPTC, sindicalistas do Sintran para trazer o detalhamento dessa denúncia, vi o quanto era grave, por isso, a levei ao Ministério Público, trago ela em tribuna para que nós possamos aqui ter a ciência do conjunto dos 36 vereadores e vereadoras do município de Porto Alegre. No documento que o Sintran nos entregou, que nós remetemos ao Ministério Público, tinha uma descrição de um cenário. Vou aqui ler o relato para que vocês tenham ciência da situação: “Agentes de fiscalização estão sendo ordenados a realizarem a fiscalização na Zona Sul de Porto Alegre, embarcados em veículo particular da empresa terceirizada, causando o que entendemos um sério conflito de interesses, visto que nossas atividades são realizadas por veículos de emergência, viaturas da EPTC. Recebemos de colegas a informação de que é chefia

ordena o embarque de veículo particular na Zona Sul com liberação de matrícula dos mesmos e multas futuras sem sua autorização o que consideramos gravíssimo, pois os agentes de fiscalização verificam a irregularidade e fazem seus autos no ato. Solicitamos sua intervenção...” Portanto, solicitam a intervenção do poder público para que esta situação, junto aos órgãos competentes, tendo em vista que está causando um constrangimento aos servidores e também um conflito entre agentes de fiscalização e suas chefias, visto que é a negativa de embarcar nesses veículos particulares poderá ocasionar um PAD. Portanto, esse é um assunto grave, por muitas vezes, nós recebemos reclamações sobre a forma como as multas são aplicadas, quando nós temos aí uma sobreposição, um desvio de função desses agentes que não são autorizados a fazer autuações, realizando autuações. É um tema que é muito grave, é um tema que nós precisamos investigar, nós precisamos que nós possamos obter resposta da Empresa Pública de Transporte e Circulação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o PLL nº 415/22, de autoria da Mesa Diretora.

Apregoo o PR nº 063/22, de autoria da Mesa Diretora.

Apregoo o PLE nº 042/22, de autoria do Executivo Municipal.

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO) – às 15h41min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0812/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 036/22, que inclui as als. *k, l, m, n, o, p* e *q* no art. 86 da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores, e extingue 117 (cento e dezessete) cargos de Apontador, 57 (cinquenta e sete) cargos de Calceteiro, 54 (cinquenta e quatro) cargos de Carpinteiro, 11 (onze) cargos de Ferreiro, 67 (sessenta e sete) cargos de Operador de Máquinas, 11 (onze) cargos de Operário e 153 (cento e cinquenta e três) cargos de Pedreiro, todos de provimento efetivo, no Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre, constante da letra “a” do Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores. **(SEI 118.00488/2022-62)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em discussão o PLE nº 036/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Ver.^a Mari Pimentel, na presidência dos trabalhos; cumprimento os colegas vereadores, público que nos acompanha. Apenas gostaria de fazer um encaminhamento breve aqui para parabenizar a Prefeitura e a Secretaria de Serviços Urbanos pela iniciativa. Acho que é uma iniciativa que moderniza a relação de prestação de serviço na cidade, a gente sabe como é difícil e engessada a forma com que a gestão muitas vezes dispõe dos recursos para conseguir fazer a execução desses serviços básicos. Como, inclusive, a própria lei que versa sobre a contratação de força de trabalho através de concurso, acaba muitas vezes prejudicando o interesse público por conta de vida útil de trabalho de muitas das funções que existem e da dificuldade que se tem, inclusive, de fazer com que um servidor eventualmente passe a executar outra tarefa. Então, nesse sentido, eu vejo aqui com muito bons olhos a iniciativa. Saúdo e parabenizo o Executivo pela proposição, acho que moderniza a relação contratual da cidade, permite inclusive a devida fiscalização e contratação com mais dinamicidade e, de acordo com a demanda de serviços, colocando maior responsabilidade sobre o uso do recurso público para o cidadão de Porto Alegre. Encaminho, em nome da bancada do NOVO, o voto favorável a este projeto.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania) (Requerimento): A Ver.^a Fernanda Barth, construindo um projeto junto ao Executivo, entendeu que a minha emenda não estava contribuindo, então eu peço a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 399/21, que trata a questão da fiação subterrânea.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 036/22.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mari Pimentel; o Ver. Felipe Camozzato e eu sempre em lados opostos; o argumento, a lógica é sempre antagônica; o que é normal, porque é uma orientação estratégica do

partido. A orientação estratégica daqueles que defendem um projeto neoliberal é essencialmente orientada pelo arrocho salarial, pelo desemprego, pela terceirização, pela privatização, e, quando se refere a servidores públicos, o objetivo sempre é reduzir direitos, reduzir o poder dos servidores públicos, porque isso também, na lógica neoliberal, acaba sendo uma forma de reduzir os salários, as condições de trabalho e as possibilidades de reivindicação dos trabalhadores da iniciativa privada, porque na medida em que o serviço público se desqualifica, que os salários são mais baixos, que os servidores públicos têm mais dificuldade de lutar pelos seus interesses, logicamente as pessoas que são menos protegidas, os trabalhadores que são da CLT, ou que nem da CLT são, e que não têm proteção, ficam ainda mais desprotegidos, porque eles não têm um padrão com o qual eles possam dizer: “Não! Há um setor da classe trabalhadora com direitos, e eu também quero esses direitos, eu também quero estabilidade, eu também quero melhores salários.” Então, os políticos neoliberais, eles querem fazer do Estado terra arrasada, que é liquidar a possibilidade de os servidores públicos terem estabilidade ou terem um bom salário, justamente para também desestimular qualquer luta dos trabalhadores da iniciativa privada e facilitar o arrocho salarial, a redução salarial dos trabalhadores da iniciativa privada, nivelado por baixo.

O que é que o projeto do governo diz? E o que tem a ver com o que eu estou falando? Exatamente o fato de que o projeto do governo extingue os cargos públicos de operador de máquinas, de operário, de pedreiro, de carpinteiro, de ferreiro, extingue na medida em que esses cargos vão sendo vagos, pois não serão preenchidos. Esse é o projeto do governo, e, na discussão, na justificativa, a argumentação do governo é explícita: o governo diz, diretamente, que a terceirização é a melhor estratégia do serviço público para trabalhar em relação a essas profissões, que, para essas profissões, de apontador, de operador de máquinas, de operários, de calceteiro, de pedreiro, de carpinteiro, de ferreiro, o poder público deve ter a contratação de terceirizadas. Nós sabemos que tipo de terceirizadas nós temos. São terceirizadas que, muitas vezes, não cumprem a lei, não pagam sequer os salários dos trabalhadores, e, depois, o Município tem que ficar contratando novas terceirizadas, que, por sua vez, novamente, desobedecerão às leis e acabarão entrando em concorrências em outros municípios, em outros estados, mudando o CNPJ para concorrer de novo. O mecanismo da terceirização, como regra, tem sido um mecanismo para burlar a legislação, para liquidar direitos dos trabalhadores e até para não pagar os salários daqueles que fazem o serviço. E muitas vezes, nós temos tido a experiência na Prefeitura, isso significa descontinuidade do serviço. Nós temos visto isso em áreas da educação que param de ter o serviço porque a terceirizada cometeu alguma irregularidade. Nós temos visto na área da saúde esse tipo de problema.

O governo, com este projeto – Ver. Pedro Ruas, que é um advogado trabalhista brilhante, competente e experiente, sabe que esse tipo de manobra é um tipo de manobra para reduzir salários – está justamente fazendo uma proposta que vai desqualificar o atendimento da Prefeitura aos trabalhadores e ao povo da cidade de Porto Alegre, vai facilitar o arrocho salarial e vai terceirizar, ainda mais, a nossa economia, quando nós precisamos de uma economia com estabilidade, de uma

economia em que o serviço é qualificado, em que nós tenhamos servidores públicos competentes para fazer o serviço que a população tanto necessita.

Portanto, nós vamos ser contrários a este projeto do governo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, o PLE nº 036/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0319/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 148/19, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que estabelece, ao adquirente de espaço a ser utilizado para fins de construção, o dever de preservar o meio ambiente e a fauna local da área adquirida. (SEI 004.00054/2020-23)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Karen Santos: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- adiada a discussão por uma Sessão em 30-11-22;
- discutiram a matéria os Vers. Felipe Camozzato, Lourdes Sprenger e Ramiro Rosário em 30-11-22;
- incluído na Ordem do Dia em 05-09-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLL nº 148/19. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a matéria, por cedência de tempo do Ver. Cezar Augusto Schirmer.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Senhor Presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores, novamente vamos tratar de um projeto que me deu muita alegria porque ele chamou atenção de outros vereadores com relação aos animais que estão com seu habitat nas áreas de empreendimento. Mas, desta vez não são

os silvestres. Os silvestres já têm toda uma política pública, já têm todo um encaminhamento, via Secretaria do Meio Ambiente, via licença ambiental, mas os animais domésticos sempre ficaram para trás. Não são tantos casos assim que acontecem, mas, quando acontecem, impedem o bom andamento do canteiro de obras, do início das atividades das empresas. Nós não queremos tumultuar nenhum empreendimento, porque em todos os que nós mediamos, ao longo dos anos, não tivemos nenhum problema, mesmo com empresas de médio e grande porte. Todos foram bem sensíveis para resolver o problema. Hoje, nós temos um gabinete da causa animal que vai favorecer esses encaminhamentos. Então, eu fiquei satisfeita por ter chamado a atenção de problemas do cotidiano da nossa cidade, não só aqui, mas no País, com este projeto. Considerando que hoje nós temos a Lei Sansão, que é uma lei muito rígida contra os maus-tratos a animais domésticos, dá detenção, não só detenção, essa nova lei dá reclusão de dois a cinco anos em regime fechado. Nós não queremos isso para ninguém, principalmente para o responsável do empreendimento que poderá se comprometer, em caso de descuido com relação aos animais, no momento em que se inicia uma obra. Então, este projeto já estanca, como preventivo, a existência, porventura, de animais domésticos no local. Não queremos parar obras, não queremos levar nenhum empreendedor para a delegacia, tampouco fazer responder a algum processo, isso é já para chamar a atenção, quando se vai fazer a licença ambiental, para informar que há animais domésticos, agregando a Prefeitura ao empreendimento, para soluções mais fáceis, sem criar problemas para o empreendedor. Nós acordamos uma emenda com a oposição, pois ela esclareceu melhor a redação. Quem não está acostumado ao tema, pode tirar várias interpretações, mas nós já estamos em contato com a Secretaria de Meio Ambiente, que está bem ciente da situação, assim como nós que tivemos que aguardar dois dias e meio para uma grande obra. Tivemos de parar as máquinas, porque havia 60 gatos no local, alimentados pela vizinhança. Então, nós não queremos isso; nós não queremos atrasar o cronograma; nós queremos é o bem-estar animal e uma harmonia entre empreendedores, protetores e a vida animal. Então, nós acatamos essa emenda que o Ver. Oliboni apresentou para ficar mais claro o projeto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito ao diretor legislativo que apregoe as emendas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos Emenda nº 01, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni e da Ver.^a Lourdes Sprenger ao PLL nº 148/19.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao

PLL nº 148/19 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 148/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o PLL nº 148/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM** e 03 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0236/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 074/21, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o inc. IX do *caput* do art. 3º e inclui § 2º no art. 3º e § 6º no art. 6º da Lei nº 12.583, de 9 de agosto de 2019, estabelecendo a possibilidade de adoção de campos, inclusive os de futebol. **(SEI 034.00050/2021-04)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver.^a Comandante Nádia: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relatora Ver.^a Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Cassiá Carpes: pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relatora Ver.^a Mônica Leal: pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Jonas Reis: pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas;
- adiada a discussão por uma Sessão em 30-11-22;
- incluído na Ordem do Dia em 16-11-22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em discussão o PLL nº 074/21. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, Presidente Comandante Nádia e colegas vereadores, estamos nos baseando no projeto que permite a adoção de espaços públicos, que é a lei que criou o programa Adote uma Praça. Nós a estamos modificando porque essa lei não deixa bem claro, e nós queremos, com isso, deixar claro que a lei Adote uma Praça diz “equipamento esportivo”, e equipamento esportivo é muito amplo. Por isso nós estamos enfatizando, para adotar um campo; queremos que fique instituído o programa adote um campo. Nós, colegas vereadores, que andamos muito por aí – eu não sei se o Ver. Bosco está aí –, conhecemos bem os campos da nossa cidade. Nós temos em torno de 60 ou mais equipamentos públicos, campos, em Porto Alegre, e a maioria desses campos não têm condições de uso, por isso nós protocolamos este projeto, para que, a partir de agora, abra-se essa possibilidade, Comandante Nádia, de uma pessoa física ou jurídica adotar um campo de futebol. A Prefeitura, nós sabemos, não tem perna para tudo. Tem muitos campos, e dou o exemplo de um aqui: Padre Rambo. O Padre Rambo está jogado às traças; eu estive lá uma vez e o mato estava da minha altura. Uma pessoa adotando e cuidando desse campo, mais equipamentos nós vamos ter em condições para que times de futebol... Nós temos muitos torneios de veteranos, futebol de várzea, campeonatos municipais e, principalmente, para a população. Um campo bem cuidado, vitalizado vai estar em condições para que quem mora no entorno – as crianças, adolescentes e os veteranos também – venha a fazer uso do equipamento em condições. O projeto diz que o interessado pode ser uma pessoa física ou jurídica, e essa pessoa poderá, então, colocar sua propaganda, seja uma empresa – é o que diz o projeto – ou o nome da pessoa, uma pessoa física. Então, colegas vereadores, eu conto com a ajuda de vocês para nós aprovarmos o projeto nesta tarde. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 074/21.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver.^a Nádia que preside a sessão; demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste na TVCâmara e nas galerias. Eu quero parabenizar o Ver. José Freitas pela ideia de colocar os campos de futebol para poderem ser adotados, pela iniciativa privada ou por pessoas físicas, no intuito de melhorar as condições dos campos de futebol, principalmente da periferia, mas da nossa várzea aqui em Porto Alegre, onde são bastante fortes os campeonatos, tanto os campeonatos das ligas municipais quanto do próprio campeonato municipal da cidade de Porto Alegre, são campeonatos que são bastante disputados e também prestigiados pela sociedade porto-alegrense. Vereador José Freitas, eu até estava conversando com o Ver. Moisés Barboza para que a gente possa fazer uma emenda para garantir, e sei que não é o intuito de V. Exa. criar alguma dificuldade ou problema para as comunidades utilizarem o campo, mas eu gostaria que ficasse bastante claro no projeto, Ver. José Freitas, que a pessoa que adotar o campo de futebol, a empresa física

ou jurídica, ou pessoa física ou empresa jurídica que adotar o campo de futebol, que utilize para fazer a sua propaganda, vereador, mas que não possa impedir que as ligas que já existem na cidade de Porto Alegre, que utilizam esses campos de futebol do Município, que elas não sejam prejudicadas de forma alguma, que esse adotante não possa cobrar pela utilização desses campos, nem impedir que as ligas de futebol existentes hoje no Município possam praticar e continuar utilizando esses campos de futebol. Então essa é a preocupação, tenho certeza que não é do seu intuito, mas eu gostaria que isso ficasse bastante claro. Se já tem uma emenda tratando disso, então me desculpe, vereador, eu não tinha visto. Minha preocupação é principalmente com as ligas de futebol, eu participei por muito tempo das ligas de futebol, da Liga do Chico Mendes, o campeonato deste ano, que terá a final agora no próximo domingo, tem 24 equipes disputando a Liga do Parque Chico Mendes. Então se alguém vier a adotar, que não vá impedir que essa liga continue utilizando, que está estabelecida, e que não é ela que adota o campo, mas se alguém adotar um campo de futebol, como o da Associação Nova Liga do Parque Chico Mendes, que não venha a impedir que a liga utilize esse campeonato. Isso tem que ficar bastante claro aqui, neste projeto de lei, que é importante, tenho certeza que vai ajudar as ligas de futebol, promovendo melhorias nos campos futebol, mas que haja todo o cuidado para que essas equipes não sejam prejudicadas e os nossos campeonatos, das praças de Porto Alegre, que são bastante utilizadas, gerando uma forma com que a sociedade hoje pode participar nas comunidades. Então, Ver. Freitas, eu o parabenizo, sei que não é essa a sua intenção, mas que fique claro e que não prejudique as ligas de futebol. Muito obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLL nº 074/21.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, presidindo os nossos trabalhos, a Ver.^a Comandante Nádia; ao Ver. José Freitas, autor da proposição; aos colegas aqui e todo mundo que nos assiste. Eu queria parabenizar pela iniciativa, porque o Ver. José Freitas acho que deu o exemplo aqui de um campo que todos vereadores conhecem, atrás do Padre Rambo, na Av. Bento Gonçalves, estudei na quarta série na Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Rambo, Zona Leste. Quero parabenizar e ler a emenda do Ver. José Freitas, autor do projeto, que assegura, justamente, com a preocupação, como tem na Praça Darcy Azambuja, em vários outros campos da Zona Leste, na Zona Sul também, enfim, Porto Alegre inteira, existe uma preocupação que estava sendo discutida, que caiu por terra. E parabenizo também o Ver. José Freitas pela autoria da emenda que diz que “o adotante não terá quaisquer privilégios de uso dos campos de futebol...” e especialmente os de futebol, então, ficam assegurados às ligas que têm as suas atividades, os seus campeonatos. Então, subo aqui em nome e agradeço também o entendimento, Ver. Gilson Padeiro, líder da bancada do PSDB, que tem também um compromisso de defesa do esporte na

Zona Sul, a nossa preocupação, mas de elogiar a sua proposição, Ver. José Freitas. Nossa bancada, liderada pelo Ver. Gilson Padeiro, certamente acompanhará a sua proposição. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 074/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLL nº 074/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 399/21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 399/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLL nº 399/21.

Apregoamos a Emenda nº 03, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, ao PLL nº 399/21.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 399/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLE nº 034/22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 034/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoamos o requerimento de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLE nº 034/22.

Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, ao PLL nº 122/22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 122/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PR nº 058/22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PR nº 058/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADORA FERNANDA BARTH (PSC) (Requerimento): Sra.

Presidente, solicito adiamento da discussão do PLL nº 399/21, por uma sessão.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

VEREADORA FERNANDA BARTH (PSC) (Requerimento): Sra.

Presidente, solicito que o PLL nº 122/22 seja a nona matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação no dia de hoje.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0802/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/22, que autoriza a contratação de Técnico de Saneamento, Agente de Saneamento e Operador de

Subestação para o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. **SEI 118.00485/2022-29)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em discussão o PLE nº 035/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta em exercício, Ver.^a Comandante Nádia; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão. Este projeto de lei é mais uma sinalização do governo no sentido de que quer privatizar o DMAE. Os senhores se lembram de que veio, há pouco tempo, um dos projetos que o governo mandou para nós autorizarmos a contratação de vários engenheiros, técnicos, para poder suportar a falta de servidores que havia no DMAE. Embora saibamos que o DMAE, hoje, além de superavitário, gera muito lucro, e que o governo se utiliza disso inclusive. Não é como a Corsan, que também o governo do Estado disse que não iria privatizar, depois privatizou, e agora vai entrar em leilão inclusive.

O governo Sebastião Melo e a base do governo, aqui na Câmara, compraram essa pauta do capital. Se nós percebermos, não é aqui contra servidor, mas se está contratando significa que ele não tem interesse em continuar como empresa pública. Até porque o próprio governo, no início desta semana, largou um edital para criar uma comissão para poder fazer uma certa transição, para preparar a privatização do DMAE. Essa é uma dura realidade. Só que o governo não diz se quer privatizar o saneamento, a água, o que ele quer privatizar.

Eu tenho certeza de que os nobres colegas vereadores aqui não vão querer ajudar a privatizar a água em Porto Alegre, porque aquele cidadão que paga hoje R\$ 80,00 de taxa, ele vai passar a pagar R\$ 300,00, caso seja privatizada. Vejam o que é que está acontecendo no Estado do Rio Grande do Sul, municípios que já privatizaram estão entregando um bem humano, que é a água. No fundo, no fundo, esses pequenos projetos que estão vindo são uma sinalização de entrega, sim, porque são funcionários temporários, não são concursados. E aí o governo sinaliza, com todo respeito, claro, pela posição dos colegas vereadores, o caminho para privatização; contrata 20, 30; agora, mais um grupo significativo. Sabemos que hoje há, eu diria, uma enorme

sobrecarga dos atuais servidores, porque Porto Alegre não é uma cidadezinha qualquer – tem 1,6 milhão de habitantes. É óbvio que toda a semana estoura aqui, quebra lá, resolve lá, e é preciso ter, sim, um quadro de servidores qualificados.

Portanto, queria fazer este registro, porque nós, é claro, seremos contra a privatização, lutaremos contra a privatização, e é importante que o governo esclareça melhor os projetos que ele manda para esta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLE nº 035/22.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Nádía, meus caros colegas. O Ver. Aldacir Oliboni, do PT, sobe aqui e fala sobre precarização do serviço do DMAE, sobre a vontade do poder público municipal, da Prefeitura de colocar o departamento numa situação insustentável, para poder fazer com que a gente tenha a privatização do departamento, do DMAE. Vão privatizar a água, vão privatizar o esgoto da cidade. Vejam, a situação de calamidade que ele coloca aqui, numa suposta tentativa da Prefeitura Municipal de criar um ambiente que favoreça a privatização do DMAE, que não se deve a iniciativas de governo, mas, sim, à completa falta de capacidade do DMAE, ao longo dos seus mais de 60 anos, em atender a cidade de Porto Alegre, muito especialmente na parte de saneamento, Ver. Oliboni, de forma satisfatória. Tratamos ainda a nossa cidade - que é vista por muitos aspectos como uma referência para o Brasil -, tratamos apenas 56% do nosso esgoto, quase a metade do esgoto que sai das casas, das empresas, das indústrias, vai diretamente para a rede de drenagem, vai para os valões, vai para os arroios ou diretamente para o nosso manancial, o Guaíba, de onde captamos a água, num processo caríssimo, e num processo mais caro ainda, fazemos ali todo um tratamento para poder distribuir à população. Não há mágica! Não conseguimos atingir, até aqui, a universalização do esgoto; e não atingiremos até 2033, que é o Marco Legal do Saneamento, quando todos os estados, municípios, deverão levar esgoto para 100% ou quase a totalidade das moradias, das casas, se não tivermos recursos privados. “Ah, mas o DMAE tem dinheiro em caixa!” O dinheiro que o DMAE tem em caixa não faz nem cócegas, Ver. Oliboni, líder da oposição, dentro de todo o volume bilionário que é necessário ser realizado de investimentos, para poder levar água, sim, de qualidade à população, mas muito especialmente saneamento básico, esgoto tratado. E agora, mais recentemente, defendo isso de forma veemente, que seja incluído, sim, num processo de concessão do DMAE também todo o sistema de drenagem e de proteção contra cheias. Passamos por momentos difíceis na nossa cidade, inclusive de irregularidades, inclusive de má gestão administrativa na área da drenagem urbana e Porto Alegre ficando embaixo da água. E, com muito esforço, se conseguiu, primeiro, regularizar os contratos e, depois, fazer a devida incorporação do antigo DEP ao DMAE, o que hoje possibilita, por exemplo, que 100% da tarifa 3, na faixa de R\$ 60 milhões por ano, sejam investidos

diretamente na manutenção do sistema de drenagem da cidade, dragagem de arroios, limpeza de bocas de lobo e também na manutenção do sistema de proteção contra cheias, como a manutenção das nossas comportas que protegem Porto Alegre do Guaíba e do delta do Gravataí. Porém, repito: isso apenas não faz nem cócegas diante daquilo que é necessário do volume de investimentos de obras para que a gente possa avançar, tanto na distribuição de água, coleta de esgoto e seu tratamento, e também no sistema de drenagem. Eu não gostaria hoje, Presidente Comandante Nádia, de estar votando este projeto aqui encaminhado pelo governo, que é um projeto que está sendo colocado aqui, líder do governo Claudio Janta, numa situação de emergência, porque não se conseguiu avançar – isso é importante nós colocarmos aqui. Nos dois anos do atual governo, não se conseguiu ter um norte claro do que será feito com o DMAE. Em 2019, eu mesmo, ainda secretário municipal de serviços urbanos, estava lá, assinei, fiz parte da construção junto ao BNDES para o início da estruturação da concessão do DMAE à iniciativa privada. Já se passaram dois anos da atual gestão, e nós não vemos com clareza a vontade política, técnica e de gestão para poder levar, de forma rápida, a concessão a pleno. Parece que o prefeito Sebastião Melo agora colocou lá uma portaria nomeando um grupo de trabalho, e esse grupo de trabalho teria aí sim 30 dias, já no final do segundo ano de governo, para apresentar as suas conclusões com relação à concessão. Aguardaremos esses 30 dias, e que não precise se fazer a prorrogação desse grupo de trabalho e muito menos que existam retrocessos no processo de concessão do DMAE à iniciativa privada, porque, quando vai se falar que o povo vive no meio da merda, que o povo está sofrendo com dificuldades, isso é muito fácil para fazer discurso na vila, em momento de campanha. A solução real do problema, quando a gente terá condições de entregar resultados efetivos para a população, é através da concessão da iniciativa privada. Muitos daqueles que falam e reclamam da falta de saneamento depois irão dizer que nós estamos querendo vender o DMAE, que é público, mas que hoje não está entregando um serviço pleno para a população. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLE nº 035/22.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, Presidente Comandante Nádia; colegas vereadores e público que nos acompanha pela TV Câmara. Eu venho aqui trazer o lado humano do que nós vamos falar, debater sobre o saneamento. Nós temos 17 escolas municipais que não têm saneamento básico, quase quatro mil crianças, todos os dias, vão para escolas, no Município de Porto Alegre, que usam fossa, que não têm saneamento básico. Essa é a realidade quando a gente fala de saneamento básico, quando a gente fala de dignidade para a população que não tem acesso ao saneamento básico. E essa população não é pequena, como salientou o Ver. Ramiro Rosário. Em inúmeros anos não tivemos investimento em saneamento na nossa cidade. Criança sem saneamento básico, pais e mães, é criança que tem distorção em

idade e série, é aquela criança que rodou mais de dois anos na escola, é a criança que abandona a escola. Depois, nós vamos levar tudo isso para a educação, mas começa, no dia a dia da cidade, no saneamento básico. Quando a gente fala em saneamento básico, nós estamos falando de dinheiro também. É triste, mas, só para garantir a drenagem de Porto Alegre, nós estamos falando de quatro a cinco bilhões reais. População de Porto Alegre, no Orçamento que a gente votou nessa semana, nós tivemos R\$ 10 bilhões. Porto Alegre não tem capacidade financeira de pegar empréstimo, mesmo querendo manter o DMAE, para entregar o esgoto e a drenagem no nosso Município. Não é viável. Então, qualquer narrativa que não inclua a iniciativa privada não é viável financeiramente, a gente vai estar vendendo sonhos, e por isso a fala do Ver. Ramiro Rosário é tão importante. Nós precisamos trazer a iniciativa privada para entregarmos o marco do saneamento; 2033 está logo ali, daqui a pouco, em 10 anos, nós teremos que entregar 90% de saneamento e 90% de água na cidade. Por que a concessão para iniciativa privada é importante? Porque a gente não consegue hoje nem cobrar o saneamento, a gente não consegue nem cobrar água, nós temos quase 50% das pessoas que hoje utilizam o serviço de água e de saneamento que não pagam. E eu falo aí de empresas, de pessoas. E a gente não está falando de tarifa social aqui, Ver. Jonas, pois tu sabes que nós somos a favor, sim, da tarifa social para quem mais precisa. Nós estamos falando que há muitas pessoas que utilizam o “gato” na água; e a gente não tem acesso a água para quem precisa. É uma realidade do Morro da Cruz, do Morro Santana, da Lomba do Pinheiro. Quantas escolas não abrem durante o dia, muitas vezes, escolas de Educação Infantil? Quantas mães não conseguem trabalhar pela falta de água? Essa é a realidade frequente no Município de Porto Alegre. Nós estamos falando de água aqui, nós estamos falando de esgoto, nós estamos falando de dignidade! Dignidade para as nossas crianças, dignidade para as nossas famílias! Eu reforço aqui que o Partido NOVO encaminha favorável a essa contratação de emergência, nós consideramos que o Município tem que ter um plano macro, que essa contratação que nós vamos fazer hoje não garante essa dignidade, mas esse debate deve tomar esta Casa Legislativa em 2023. E precisa ser breve. As nossas mães, as nossas crianças precisam desse horizonte no curto prazo! Quantos são os jovens que vão procurar o primeiro emprego e que vêm da Lomba do Pinheiro e não conseguem tomar um banho antes da sua entrevista de emprego? Essa é a realidade! Aqui, o Ver. Matheus Gomes, a galera lá que vai para a balada, do Morro Santana, ali, não tem como tomar banho muitas vezes! E quantos não deixam de ir para a festa ou de se divertir com os amigos? Pessoal, essa é a realidade de Porto Alegre! E urge a necessidade deste Parlamento tomar esse debate, porque 2023 está aí. E, como eu reforço, qualquer iniciativa longe da iniciativa privada é demagogia. Nós estamos falando de bilhões de reais que, nem querendo, o Município de Porto Alegre poderia conceder, via empréstimo. Muito obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLE nº 035/22.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Ver.^a Comandante Nádia, presidindo os trabalhos. Eu subo a esta tribuna para, em primeiro lugar, reconhecer a riqueza e a importância dos debates nesta Casa. Ouvi atentamente a Ver.^a Mari Pimentel, ouvi o Ver. Ramiro, meu colega de bancada, mas, nesse ponto, há uma divergência salutar aqui. E eu faço publicamente a discussão deste projeto, explicando por que sou favorável à proposição e votarei a favor dela. Nós governamos a cidade há poucos anos, e essa carência técnica da contratação dos servidores, tanto de técnico de saneamento, de agente de saneamento, de operador de subestação, já era acusada no nosso governo, o governo anterior, e eu como líder do governo falei aqui nesta Casa sobre a necessidade dessa contratação. Então quero deixar claro aqui que quando eu falo da divergência e escuto aqui os colegas – “Ah, eu não disse que eu vou votar contra” -, eu quero adentrar um pouquinho mais na questão do saneamento, e por isso estou dizendo que a divergência é salutar. Quando a gente fala que algumas unidades, tanto de moradia ou de escolas, têm fossa, a gente tem que entender que tecnicamente, naquele caso, não houve a condição técnica de se ter o saneamento ligado na rede. Há um estudo amplo neste País, e eu quero deixar claro que eu trago isso de fora, não como vereador, pois em 2003 tive a oportunidade de trabalhar lá na Amazônia sobre a questão da instalação da Hidrelétrica de Belo Monte, e ali naquelas comunidades ribeirinhas há uma necessidade gigantesca de investimento em saneamento, e, não tendo tecnicamente essa capacidade, ficou comprovado pelos órgãos que a fossa séptica, o sumidouro é uma técnica que é usual ainda. Infelizmente nós não temos condições plenas de sonhar que no Brasil a gente possa dizer que a gente vai abominar e a gente vai de uma hora para outra acabar com as fossas. Seria o ideal. Tem muita educação ambiental que se buscar, tem muita questão a ser debatida tecnicamente, mas quero deixar claro que os colegas que porventura tiverem dúvida sobre a necessidade, ela existe há muitos anos. Que o DMAE possa ter esses técnicos e a gente possa ter a questão do saneamento da água cada vez mais implementado. E temos que compreender: existe e continuará existindo a necessidade de fossa, filtro e sumidouro em várias unidades da cidade, e por isso queria dividir com vocês a experiência e explicar o porquê de votar a favor da proposição. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 035/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, servidoras e servidores públicos, e principalmente a cidadania que não tem acesso ao saneamento; o que trouxeram para esta Casa, via este projeto, é um engodo. Pela primeira vez, em quase dois anos de Parlamento Municipal, eu vou ter que votar contra projeto temporário, porque o Sr. Sebastião, sim, esse que vai ao Orçamento Participativo dizer que o povo decide, que o povo diz e eu faço, mas que deixou só R\$ 10 milhões para o Orçamento Participativo, quando o orçamento da cidade é de R\$ 10

bilhões, ou seja, o povo não vai decidir nem sobre 1%, agora ele vem dizer: “Para o DMAE funcionar temos que ter funcionários temporários”. Como assim, temporários? Tem um plano de privatização, de venda, de transformar água e esgoto em mercadoria, em produto, porque foi assim nos países desenvolvidos: privatizaram, quem tinha dinheiro pagava e tinha água na torneira; quem não tinha, tchau, tchau! É uma vergonha, é um modelo que deu errado em Atlanta, Berlim, Paris, Buenos Aires, todas essas cidades reestatizaram o serviço de saneamento. O Sr. Sebastião é assessor do vice-prefeito, é assim que eu estou vendo, ele não é prefeito, ele é assessor do neoliberal Ricardo Gomes, que é quem está comandando, que bota na mesa e diz: “Assina aqui o projeto e manda para Câmara, meu assessor”, e o assessor vai lá, assina e vem, chegou aqui o projeto de privatização. É uma vergonha, porque isso aqui é o pedaço inicial da privatização, não se esqueçam, é isso que eu quero explicar para vocês, cidadania de Porto Alegre. Isso aqui é o começo da privatização: tu botas funcionário temporário, que tem tempo para sair, e o diretor do DMAE Alexandre pode demitir na hora em que quiser. O funcionário do DMAE, não! Ele está lá, presta serviço, abre mão de ter fundo de garantia, para trabalhar no serviço público, e quando se aposenta sai com uma mão adiante outra atrás – e agora pior ainda, com essa reforma que vocês aprovaram aqui, sai só com 60% da renda. Agora eles vêm dizer: “Olha, para chegar a água no verão, para a gente fazer essas obrinhas que estão fazendo...”, porque faltam mais de dois mil funcionários, não é esse contrato que vai resolver, tem dois mil cargos vagos! Vocês acham que vão enrolar população com esse projeto aqui? Não! Aqui está o Ver. Jonas Reis para trazer a verdade, é preciso concurso público em todas as áreas dessa Prefeitura. Mas não é essa decisão do assessor do Ricardo Gomes; o assessor de quem está comandando o projeto neoliberal na Prefeitura acha que saindo por aí, sorrindo, tirando foto, o povo vai acreditar. O povo já mostrou nas urnas, Melo, que dos seus indicados, dos seus apoiados, nenhum subiu, nem para Assembleia Legislativa, nem Piratini, nem Câmara. Todo mundo continuou onde estava. E o senhor não aprendeu, continua com esse projeto vergonhoso, desastroso; criou um GT para vender um departamento superavitário! Trezentos milhões de reais em caixa! Tem salas, vereadoras e vereadores, que tinham cinco trabalhadores, agora tem um; caminhonetes, no passado, há cinco ou seis anos saiam com quatro funcionários para trabalhar, agora saem só com dois, porque os cargos vão ficando vagos. Então, o teu esgoto, se está estourado, demora um dia ou dois; a culpa é deles que sucatearam a Prefeitura, e teve um deles que veio aqui dizer e falar... Vocês perderam dinheiro, gente! A Prefeitura era da direita, perdeu R\$ 121 milhões que era para o DEP, de recurso federal, porque não enviaram os documentos deliberados. Quem é que fez a corrupção no DEP? Milhões e milhões! Tinha rua que tinha 13 bocas de lobo, e eles botaram que limpavam 39 bocas de lobo. Olha o absurdo! Isso está nos anais jornalísticos da cidade! O roubo, o assalto que fizeram a DEP, e agora vêm vender para nós projeto de contrato temporário que é para resolver... Não é para resolver, é para começar a privatização, e nós vamos votar “não”; contra isso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 035/22.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver.^a Nádia, demais vereadores e vereadoras, não iria me pronunciar, mas escutando aqui as falas dos vereadores de oposição, a gente não consegue, não é Ver. Gilson, ficar escutando aqui e não fazer o contraditório. O Ver. Jonas vem aqui e fala a sua verdade, não a verdade do município de Porto Alegre; a verdade é que o próprio projeto, o próprio DMAE diz no final do projeto, talvez – como é bem no final do projeto, ele não tenha lido até o final do projeto –, o final do projeto ali diz que o governo, através do seu DMAE, se informa “que há expediente específico solicitando autorização para a realização de concurso público para provimento efetivo no DMAE dos cargos Técnicos em Saneamento, Agente de Saneamento e Operador de Subestação...”. Mas, como ele está simplesmente não preocupado com a falta de água, porque, quando falta água lá no Morro da Cruz, os vereadores da oposição sobem até lá, dizendo que tem que ter água; mas agora, quando o governo quer contratar as pessoas necessárias para suprir as necessidades do trabalho para que possa chegar água, Ver. Pedro Ruas, o Ver. Jonas vem aqui e diz que vai votar contra. E depois vai reclamar, Ver. Jonas, que não tem água, que vai faltar a água, quando, no próprio projeto, está especificado que o governo e o DMAE estão trabalhando para a contratação através de concurso público, mas a narrativa já é contra a privatização do DMAE. Pois bem, existe, na verdade, um grupo de trabalho, estudando a possibilidade de concessão do DMAE. Nós sabemos da necessidade de saneamento, principalmente, saneamento, que Porto Alegre não tem o saneamento necessário e que a periferia é o maior prejudicado, porque acaba não tendo saneamento e esses dejetos são colocados nos seus arroios, nos seus rios, inclusive, no próprio rio Guaíba, que recebe o esgoto não tratado no rio que, posteriormente, o DMAE vai ter que purificar para voltar para ser tomada essa água pela população, Ver. Pedro Ruas. Por isso sou favorável, sim, a que se estudem possibilidades de concessões, principalmente, do saneamento na cidade de Porto Alegre. Então, o debate da privatização ou da concessão, que eu acredito que seja o melhor caminho, de Parcerias Público-Privadas entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a iniciativa privada, para melhorar o saneamento de Porto Alegre, virá para esta Casa, sim, e espero que se faça um bom debate para se tratar das melhorias da qualidade da água e do saneamento da cidade de Porto Alegre, porque sabemos que infelizmente o DMAE não tem recurso suficiente. Tanto é que até hoje, nos nossos 250 anos, nós não temos o saneamento adequado na cidade de Porto Alegre. Então, esse será um próximo debate; hoje, o que estamos debatendo aqui, sim, é a contratação de 120 pessoas para trabalharem e suprirem essa necessidade, enquanto no próprio projeto diz que há possibilidade e há contratação, por concurso público, de funcionários para exercerem as atividades. Então, serão contratadas 120 pessoas para resolver, paliativamente, o problema que estamos enfrentando na cidade Porto Alegre. Se nada for feito, certamente, em janeiro, esses mesmos vereadores que estarão votando contra o projeto estarão andando pelas ruas, dizendo que a falta de água é porque a Prefeitura não faz seu trabalho. Então, nada mais justo que votarmos favoráveis ao

projeto do Executivo, do DMAE, para que se possa resolver o problema imediato da água na cidade de Porto Alegre. Portanto, aqueles que votarem contra, no futuro, não venham reclamar da falta de água nas torneiras, Ver.^a Cláudia. Vamos votar favoravelmente, e temos certeza que o nosso DMAE, uma grande empresa da Prefeitura de Porto Alegre, fará um grande trabalho para chegar água à população, mas que possamos continuar, sim, estudando a possibilidade de uma concessão do DMAE para melhorias na água e no saneamento da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 035/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente Comandante Nádia, colegas vereadores, público que nos assiste, nós vimos, seguidamente, a oposição falar aqui em nome do governo. A oposição acha que está com poderes, pode se dizer, mediúnicos, prevendo coisas do futuro. Não passa pela cabeça do governo, o governo não discute a questão de abrir mão de captar, tratar e principalmente distribuir a água, essa água que, em seguida, teremos reclamações aqui que não chega em vários lugares em Porto Alegre; essa água, que é um bem sagrado, e que não chega até as pessoas. Nós estamos falando aqui em técnico em saneamento, nós estamos falando aqui em operador de subestação, coisas necessárias para fazer a água chegar à população. A oposição, ao invés de discutir isso, ela quer discutir se vamos vender ou não vamos vender a água, que o governo vai fazer, não vai fazer... Nós botamos um grupo técnico que vai ver as opções na questão do saneamento de Porto Alegre que foi absorvido pelo DMAE, que hoje cuida da questão do saneamento. Muitas vezes nós vimos regiões crescendo, se desenvolvendo e lá, enterrados, nós vimos os velhos caninhos de cimento que estouram tudo trazendo os alagamentos na cidade de Porto Alegre, trazendo a falta de saneamento que nós temos na cidade de Porto Alegre.

Eu quero dizer que várias cidades no mundo fizeram esta discussão, várias cidades fizeram projetos, o Ver. Jonas Reis disse que algumas cidades estão revendo isso, mas a maioria fez, Ver. Pedro Ruas que me ouve atentamente, com dinheiro público. Nós esquecemos de dizer aqui, nesta questão de privatização, que quem mais ajudou que isso acontecesse não somente em várias cidades brasileiras, mas até no exterior, foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDS. Veja bem, o BNDS ajudou na política de privatização do saneamento e, em algumas cidades, alguns países, na captação, distribuição e tratamento de água. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que tem o seu papel de fazer o desenvolvimento econômico e social, ajudar os municípios nesse projeto que nós estamos procurando, que é garantir à população de Porto Alegre uma água de qualidade, mas, principalmente, o tratamento dessa água. Esse é um assunto que nós vamos trazer, se trouxermos, para Câmara no ano que vem, nós é o que nós estamos tratando agora, não é o que nós estamos discutindo agora, nós estamos discutindo agora a contratação de

três setores para ajudar o DMAE. Fala em concurso público, que nós temos que fazer concurso público. As pessoas que precisam desse serviço podem esperar nós fazermos concurso público? O projeto fala bem claro, temporário, nós não estamos contratando de eterno, temporário para ajudar nesse período e nessa necessidade. Vamos trazer, com certeza, depois do estudo deste grupo de trabalho, à Câmara de Vereadores, a discussão que virá desse grupo, a palavra final vai caber a esta Casa, a palavra final vai caber aos 36 membros desta Casa. Então nós queremos antecipar algo que, se houver, será lá na frente, no futuro.

Eu quero dizer para vocês que essa política de começar a prever e a falta de respeito que se ouve muito aqui, de dizer, pelo dono da verdade, que nós não temos prefeito na cidade de Porto Alegre, eu quero dizer que nós temos prefeito, sim, e um prefeito prometido com esta cidade, um prefeito que anda nos bairros, anda nas vilas, e sabe a realidade da nossa população, e tem se preocupado, e muito, com a nossa população; tem se preocupado muito em fazer as entregas que o povo de Porto Alegre precisa, necessita, e com as quais se comprometeu na eleição. Diferente de alguns que usam máscaras, nós, durante toda a campanha eleitoral, tudo que trouxemos aqui, discutimos na campanha eleitoral, Ver. José Freitas, inclusive essa questão de saneamento e, principalmente, a questão de levar água para as comunidades mais necessitadas de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. Airton Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 035/22.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Comandante Nádia, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu vou começar dizendo que quando se uniu, se juntou, o DMAE, ou melhor, o DEP com o DMAE, eu me manifestei contrário a isso. Por quê? Porque Porto Alegre era a única cidade do País que tinha um departamento que, na verdade, era uma secretaria que tratava do esgoto pluvial, e com técnicos competentíssimos, se juntou o DEP ao DMAE. E eu estou aqui a ouvir as manifestações todas que aqui se expôs. Por uma visão de mundo, eu sou contra privatizações e, em especial e principalmente, radicalmente contra, na questão da água e saneamento. Sou contra. Respeito posições que divergem da minha. Não tem a menor possibilidade de eu votar favorável a um projeto que busca a privatização, principalmente da água. Vou votar contra.

Agora, aqui hoje, nós estamos discutindo a contratação, dentre outros, operadores para o DMAE. E eu tenho e tinha aquela dúvida com relação ao prazo determinado. Até concordo com os vereadores que se manifestaram alegando que isso possa sinalizar uma privatização, e eu vou votar contra a privatização, mas eu acredito que, para esse projeto que estamos votando agora, é talvez necessária a sua aprovação para viabilizar, ao menos temporariamente, o aumento de pessoal no DMAE, para atender as comunidades, essencialmente as mais carentes. Portanto, voto

favoravelmente ao projeto de hoje, mas tenham a certeza que votarei contra qualquer projeto que venha no sentido de privatizar o DMAE, que é modelo para o País e para o mundo, e que, na verdade, a esmagadora maioria dos países e cidades que privatizaram hoje estão revertendo a privatização porque não deu certo. É preciso compreender também e principalmente o aspecto social das ações que o DMAE desenvolve.

Estamos juntos, aquele abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLE nº 035/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que o PLE nº 033/22 seja a última matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje, passando imediatamente, à discussão e votação do PLE nº 039/22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 174/22 – (Proc. nº 0880/22 –Ver. Jonas Reis) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “à instalação de cancelas de pedágio no município de Eldorado do Sul”. **(SEI 210.00514/2022-31)**

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o Requerimento nº 174/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate, principalmente os moradores das ilhas do nosso Guaíba. Para quem não sabe, há um projeto, da ANTT, de instalação de cancelas de pedágio no perímetro entre Porto Alegre e Eldorado do Sul. Claro que, evidentemente, somos contrários a pedregar a cidade de Eldorado do Sul. Mas acontece que moradores das ilhas de Porto Alegre também terão que pagar o pedágio para virem até o Centro acessar a outra parte da cidade. Isso é um absurdo, é um absurdo porque vão ter que ir até Eldorado do Sul, pagar o pedágio e voltar. Isso está nos documentos da ANTT; é uma vergonha o que o governo federal quer fazer. Então já há uma frente parlamentar contrária a isso em

Eldorado do Sul, estive lá na Câmara, estou apoiando pluripartidariamente. Nós aqui devemos, de forma unânime, ser contrários a um pedágio que vai penalizar porto-alegrense, mas não só isso, quero explicar. Nós temos relações econômicas, comerciais, de serviços entre Eldorado do Sul, Porto Alegre, Guaíba. É um absurdo, as pessoas que moram lá vêm trabalhar aqui, vai ser mais oneroso tanto para as empresas daqui, quanto para os trabalhadores autônomos. Esse pedágio não tem pé nem cabimento, não tem sentido algum. O governo federal tem que recuar imediatamente. Então, a essa Moção de repúdio, peço aqui o apoio de todas as colegas em defesa do bolso do morador, do trabalhador de parte das Ilhas que o governo federal quer penalizar. Não, aqui pedágio não! É muito fácil; vêm as emendas, faz a estrada, a BR 290 e depois vem um pedágio, vem uma empresa privada. Aqui, em Porto Alegre, não! Aqui não vão penalizar, muito menos os nossos parceiros comerciais das conurbações, dos municípios e da Região Metropolitana. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação nominal, solicitada pela Ver. Claudia Araújo, o Requerimento nº 174/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

Vereador Claudio Janta (SD): Em nome de todas as bancadas desta Casa, em nome dos 36 vereadores desta Casa, quebrando todos os protocolos da nossa Sessão, eu pedir para cantarmos o *Parabéns pra Você* para o nosso 37º membro, que está de aniversário hoje, tem ficado até altas horas junto conosco, hoje é dia do seu aniversário. Agora entendemos por que V. Sa. não participou da reunião de líderes, hoje de manhã, não é?! Sobrou para o Sandro. Eu pediria que cantássemos *Parabéns pra Você* para o Luiz Afonso, nosso DL.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Mais do que justo!

(Vereadores cantam o *Parabéns pra Você*.) (Palmas.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Todo ano acontece isso, né?! Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Tem até presente da bancada do NOVO.

Vereadora Mônica Leal (PP): Diretor, nenhum vereador, até hoje, ganhou parabéns efusivamente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Está registrado, Ver.^a Mônica. Vamos deixar aí para a posteridade.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Vamos deixar registrado, então, em nome dos vereadores, um presente ao nosso 37º membro, para deixar o carinho que a gente sente pelo trabalho, no dia a dia.

Vereador Jonas Reis (PT): Parabéns! Desejo saúde, paz e muitos anos de vida, ajudando o povo de Porto Alegre aqui na Câmara.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nosso 37º, como todo mundo diz, diretor legislativo, é uma referência de luta, de trabalho, de respeito e todos temos sintonia com esse grande profissional da Casa. Parabéns!

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Luiz Afonso, parabéns! Felicidades! No ano passado, Mônica, dia 15 de dezembro foi em uma quarta-feira, cantaram parabéns para mim também.

Vereador Hamilton Sossmeier (PTB): Parabéns, Luiz Afonso! Que Deus te abençoe com muitos anos de vida e com muitos anos ainda conosco aqui.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Ver.^a Comandante Nádia, fiz questão de estar aqui para agradecer a esse homem que está de aniversário hoje. O Luiz Afonso é o 37º de fato; de fato! Pode não ser de direito, mas eu dou o direito de ele ser o 37º membro. Obrigado, Luiz Afonso. Parabéns! Que você continue sendo isso: imparcial, leal e ativo, sempre, para o bem da nossa Casa.

Vereador Giovane Byl (PTB): Gostaria de saudar o Luiz Afonso. Como vereador novato, no primeiro mandato na Câmara, tive essa experiência de ser vice-presidente, e quero agradecê-lo por ser essa pessoa que nos transmite tanta segurança, e por ter sido solícito todas as vezes que foste requisitado. Então muito obrigado pela tua vida, que Deus te abençoe. Muita saúde e muita paz!

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Byl.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0443/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 229/22, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que proíbe os postos de combustíveis do Município de Porto Alegre de abastecerem com Gás Natural Veicular (GNV) veículos que não apresentem o selo garantidor para o seu uso. **(SEI 036.00072/2022-45)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. José Freitas: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em discussão o PLL n° 229/22. (Pausa.) O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Peço um minutinho de atenção. Gostaria de solicitar à técnica da Câmara para me ajudar a passar no telão, se for possível, algumas imagens para explicar a necessidade que a gente tem.

(Projeção de imagens.)

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Rapidamente, acho que todos os vereadores entendem, existem capitais do Brasil que já fizeram essa legislação, e para quem não entende, o GNV tem um selo garantidor já existente e que anualmente precisa de inspeção, mas infelizmente a gente vê no Brasil alguns acidentes acontecendo de forma crescente. Já tivemos perdas humanas, além de toda essa questão da destruição dos postos, várias vítimas que são frentistas. Então essa demanda, além de proteger a integridade dos trabalhadores, dos frentistas, dos proprietários, dos usuários dos postos de combustíveis e também dos próprios proprietários dos postos que estão vendo suas bombas e seus postos sendo destruídos, é tão somente a previsão de que aquele cilindro que não tiver o selo garantidor dentro da validade – esse selo já existe, os órgãos públicos exigem esse selo – não seja abastecido. A verificação desse selo na hora do abastecimento, tenho certeza de que vamos ajudar a salvar muitas vidas e evitar incidentes como esses que eu dividi aqui com vocês, que infelizmente já aconteceram no Brasil. Essa legislação tão somente tem o objetivo de proteger essas vidas e, na hora do abastecimento, que é a hora mais perigosa, verificar se o selo está ali e está dentro da validade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL n° 229/22.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Presidente, colegas vereadores, quero parabenizar o Ver. Moisés. O carro que eu uso é a gás, e a gente sabe o risco. Eu já tive uma Kombi a gás, e é fundamental ter esse selo garantidor. Agora, qual é a

minha preocupação? A minha preocupação é a fiscalização, porque eu chego em posto de gasolina hoje para colocar o gás, tem uns que cobram, mas tem outros que não cobram, por isso a sua lei vem favorecer e clarear, mas nós temos que ficar de olho para que verdadeiramente os postos venham cobrar para que o equipamento esteja em dia. Parabéns, encaminhado favoravelmente ao seu projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o PLL nº 229/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Felipe Camozzato e da Ver.^a Mari Pimentel. Parabéns, Ver. Moisés.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0850/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 039/22, que altera o *caput* e o parágrafo único e revoga os incs. I, II, e III do art. 7º da Lei nº 12.952, de 7 de janeiro de 2022, que autoriza a aquisição de vagas na Educação Infantil – Etapa Creche, junto a instituições e escolas privadas de ensino de educação infantil com fins lucrativos, para crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica. **(SEI 118.00518/2022-31)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CECE**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em discussão o PLE nº 039/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Prezada Presidente, colegas vereadores, público que nos acompanha, líder do governo, Claudio Janta, eu considero que esse é um dos projetos mais importantes que a gente vai votar nesta Casa neste ano. É um projeto que a gente fala que hoje quase seis mil crianças estão fora da creche no município de Porto Alegre. Crianças de zero a seis anos. É um desafio para a cidade, um desafio porque não existe uma regra só para ser resolvida, é um desafio que todos

nós, como Câmara de Vereadores, devemos abraçar, é um desafio que o Judiciário também abraça, é um desafio da Prefeitura. E esse projeto de lei vem corrigir um projeto de lei que nós votamos no ano passado – em novembro do ano passado – que tinha algumas questões que não criaram edital atrativo para a gente ter empresas interessadas em ajudar a resolver esse problema da falta de vagas na educação infantil. Então eu gostaria de encaminhar, pela bancada do NOVO, positivamente a esse projeto. Parabéns à Prefeitura de Porto Alegre, à Secretaria de Educação, parabéns ao Parlamento que já votou esse projeto, e todos foram favoráveis. Eu considero que é um projeto muito importante, Porto Alegre cresce, e eu tenho certeza que 2023, se conseguirmos dar a atenção devida para educação infantil, nós teremos uma cidade com o menor número de pendência de vagas, que ainda não estão sendo entregues, e eu tenho certeza que as crianças estarão aí dentro da escola, onde toda criança deve estar. Parabéns, reforço o meu posicionamento, voto do NOVO, e gostaria de reforçar a importância desse projeto para a cidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 039/22.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, vereadora que preside os trabalhos, Ver.^a Comandante Nádia, colegas. Eu também venho nessa linha, dizer que esse realmente é o projeto mais importante que chegou nesta Casa, porque nós, como mulheres, nós, como vereadoras, como profissionais, nós sabemos o quanto é importante para uma mulher que é arrimo de família, que é chefe da casa ter seus filhos nas creches, porque, quando uma criança está na creche, ela está em segurança, e essa mãe está tranquila, trabalhando. Do contrário, corre-se risco. Nós vimos, na época da pandemia, uma criança que caiu do oitavo andar – se não me engano, foi em Recife –, porque a mãe não tinha com quem deixar, levou a criança para o trabalho e, naquele pouco espaço de tempo em que ela levou para passear o cachorrinho, a criança ficou no apartamento, onde essa doméstica trabalhava, e caiu pelo poço do elevador. Então é extremamente importante este projeto, e quero aqui dizer aos meus colegas, que esta área, a educação não tem sigla partidária, não tem ideologia política. Todos nós temos que votar com unanimidade e mostrar para os porto-alegrenses que a educação é prioridade para esta Casa. Obrigada!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o PLE nº 039/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 177/22 – (Proc. nº 0888/22 –Ver. Aldacir Oliboni) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “ao Ministério da Economia pelo bloqueio financeiro de R\$ 19,7 milhões do Grupo Hospitalar Conceição”. (SEI 021.00251/2022-97)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o Requerimento nº 177/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0240/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 122/22, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que estabelece normas para a produção e a comercialização de queijos artesanais de leite cru no Município de Porto Alegre. (SEI 212.00047/2021-66)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e COSMAM.** Relatora-Geral Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em discussão o PLL nº 122/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 122/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLL nº 122/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 01 **ABSTENÇÃO.**

Queremos cumprimentar o deputado estadual Tiago Simon, que está nos visitando neste momento aqui na Câmara de Vereadores; seja bem-vindo, deputado.

Registro a intenção de o Ver. Gilson Padeiro votar favoravelmente ao PLL nº 122/22.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre presidente, nós temos duas homenagens que já estão com data prevista da colega Ver.^a

Laura Sito, o Requerimento nº 175/22 e o Requerimento nº 176/22. Gostaria de solicitar que incluíssem na ordem de priorização de votação na Ordem do Dia de hoje e que, imediatamente, fossem votados. Após retornamos à ordem normal.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): O próximo projeto é o que o Ver. Claudio Janta solicitou alteração, não pode alterar o que já foi alterado.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Nobre presidente, é lamentável estar ouvindo isto. A Diretoria Legislativa precisa desta aprovação para dar andamento às homenagens. Qualquer requerimento de homenagem que solicitarem votação nós não vamos ser contra. Solicito, então, que, logo após a discussão e votação do PLE nº 034/22, sejam votados os Requerimentos nº 175/22 e nº 176/22. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidenta, apenas para tirar uma dúvida, eu gostaria de perguntar ao líder do governo, pois a questão da quebra de caixa é legislação trabalhista; tem que pagar. O governo está retirando a quebra de caixa de todos aqueles servidores que trabalham com recursos financeiros? É inconstitucional. Se, de fato, o governo vai...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O senhor quer discutir, a gente pode...

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Não. Eu quero o esclarecimento do governo, porque não está esclarecido isso. Se é retirada da quebra de caixa, óbvio que nós da oposição vamos votar contrários.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): O líder do governo pode fazer o esclarecimento, por favor, Ver. Janta.

Vereador Claudio Janta (SD): É para novas concessões de gratificação de quebra de caixa; novas concessões. Ninguém está falando em tirar nada aqui, Ver. Oliboni. Ninguém está falando aqui em retirar; são novas concessões de gratificação de quebra de caixa em função das tecnologias, Pix, cartão, uma série de coisas. É isso que o governo está propondo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigado, Ver. Claudio Janta. Esclarecido.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0777/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 034/22, que veda novas concessões da Gratificação de Quebra de Caixa, institui Parcela de Equivalência Individual, revoga o art. 48 da Lei nº 6.203, de 3 de outubro de 1988, o art. 46 da Lei nº 6.253, de 11 de novembro de 1988, o art. 50 da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, o art. 49 da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988, e o art. 47-A da Lei nº 8.986, de 2 de outubro de 2002. (SEI 118.00475/2022-93)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em discussão o PLE nº 034/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 175/22 – (Proc. nº 0885/22 – Verª Laura Sito) – requer a realização de Sessão Solene no dia 16 de dezembro, às 15h, destinada a homenagear o Conselho Estadual de Fonoaudiologia. (SEI 216.00128/2022-43)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o Requerimento nº 175/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 176/22 – (Proc. nº 0886/22 –Verª Laura Sito) – requer a realização de Sessão Solene no dia 20 de dezembro, às 17h, destinada à entrega da Comenda Porto do Sol à FEPAL. (SEI 216.00130/2022-12)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Em votação o Requerimento nº 176/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(A Ver.ª Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0828/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 401/22, de autoria dos Vers. Felipe Camozzato, Ramiro Rosário e Idenir Cecchim e das Ver^{as} Mari Pimentel, Comandante Nádia, Cláudia Araújo e Fernanda Barth, que revoga a Lei nº 9.996, de 19 de junho de 2006 – que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências de postos de gasolina, estacionamentos e similares localizados no Município, obriga-os a ostentar, em locais visíveis ao público, cartazes contendo o número desta Lei e os dizeres “proibido o consumo de bebidas alcoólicas” e dá outras providências. (SEI 030.00051/2022-25)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH.** Relator-Geral Ver. Jessé Sangalli: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Em discussão o PLL nº 401/22. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Colegas, preparei aqui para que a gente possa esclarecer o tema que se trata da revogação e revisão da Lei nº 9.996, de 2006, especialmente porque eu vi que tinha muitas dúvidas sobre o que trata o projeto.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Então, basicamente, quando da legislação em 2006, não tínhamos ainda a lei seca, nós também não tínhamos as legislações que aumentaram as penas para quem consome bebidas alcoólicas e dirige; portanto, Porto Alegre inovou ao fazer uma legislação que proibia o consumo de bebidas alcoólicas nos postos e estabeleceu, dentre as penalidades, além da multa, também a cassação de alvará de postos – quem compra bebida alcoólica e consome no posto, o posto acabava sendo penalizado, tinha que fazer com que a sua força de trabalho, o trabalhador do posto, virasse fiscal de consumidor do posto, o que é uma excrescência. Então, acabamos jogando uma responsabilidade que não é do empreendedor, mas, sim, das forças de segurança pública. Isso gerou um grave problema. A legislação teve uma boa intenção, e a gente foi verificar justamente qual foi o impacto nos acidentes de trânsito por motoristas embriagados em decorrência da legislação, ou seja, após aprovação dela, quais foram os efeitos? Afinal de contas o ônus do comportamento do consumidor de bebidas alcoólicas, não é tarefa do posto fiscalizar isso, inclusive ele não tem nem força policial ou mesmo equipamento para conseguir, eventualmente, atuar com mais presteza na tarefa. E aí, quando a gente olha para os dados, a legislação municipal de 2006 – no ano de 2006 tivemos 171 casos de acidentes fatais em Porto Alegre; depois da lei municipal não houve alteração significativa nesses indicadores. A alteração significativa ocorreu após a lei de tolerância zero, após lei seca e a lei de tolerância zero aí, sim, observamos um decréscimo nos casos, ou seja, mostrando que a legislação em Porto Alegre, embora tenha mirado uma boa intenção, não produziu resultados positivos como se pretendia. O que produziu, em contrapartida, foram inúmeros casos de autuação de postos, de confrontos, inclusive brigas e agressões a frentistas e trabalhadores expostos; imaginem vocês, o usuário vai lá, compra uma cerveja nos postos AmPm, vai beber no posto, e o frentista tem que interceder, pedir para o usuário não consumir a bebida; o usuário não respeita, afinal de contas não é um agente de segurança pública, desdenha da orientação – muitas vezes isso descambou para o confronto físico, inclusive. Então, visando justamente a preservar essa relação, fazer com que a gente possa ter, obviamente, justiça, não fazer novas vítimas que não as intencionadas pela legislação, a gente propôs a revisão desta lei. A lei seca e a lei de tolerância zero foram bem sucedidas, resolveram o problema da direção embriagada, e não foi a lei municipal que causou isso. Portanto, a lei municipal não está servindo mais senão para causar confusão nos postos de gasolina, para causar autuação, causar cassação de alvará e mesmo conflitos; quando não, exigir que o próprio posto contrate seguranças para que possa fazer o trabalho que deveria ser da polícia. Por isso que nós então essa sugestão de alteração da lei municipal para que possa não mais haver essa reprimenda ao empreendedor e também uma punição aos trabalhadores dos postos de combustível.

Eu quero agradecer a todos vereadores sensíveis a esse tema – o Ver. Ramiro Rosário, Ver. Idenir Cecchim, Ver.^a Mari Pimentel, Ver.^a Comandante Nádia, Ver.^a Cláudia Araújo, Ver.^a Fernanda Barth – que também assinam este projeto e que também são sensíveis a esse tema porque entendem que existe um problema derivado

da lei municipal e que foi resolvido pela lei seca e pela lei de tolerância zero. Muito obrigado e espero poder contar com os votos das senhoras e dos senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL n° 401/22.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Ver.^a Lourdes Sprenger, que está presidindo a sessão neste momento. Ver. Camozzato, eu fiscalizei na época em que eu estava secretário essa lei. A realidade é outra completamente diferente hoje em dia, mudou. Na época, as pessoas compravam em algum lugar a bebida e iam lá para o pátio do posto para consumir a bebida alcoólica. Não tem nada mais que possa restringir isso, as pessoas mudaram seus hábitos, e o posto de gasolina, na sua loja de conveniência, tem algumas mesinhas. As pessoas, às vezes, sentam lá, Ver. Ferronato, para fazer um lanche e tomar uma bebida. Não é o motorista, necessariamente, porque está se cuidando. Mas as pessoas que frequentam o posto, muitas vezes à noite, antes de ir para casa, precisam consumir alguma coisa e tomam a sua cervejinha. Acho que não tem nenhum motivo para que se continue proibindo o consumo de bebida alcoólica nos postos de gasolina. Eu acho que uma medida que nós podemos tomar é extinguir essa proibição e deixar que as pessoas trabalhem. Se houver alguma aglutinação indesejável no posto de gasolina, é outra coisa, e a fiscalização pode atuar. Mas não vejo necessidade de proibição no atual momento em que nós estamos vivendo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL n° 401/22.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver.^a Lourdes, que preside a Sessão, e demais vereadores e vereadoras, venho aqui me somar ao Ver. Felipe Camozzato, aos demais vereadores que assinam esse projeto e à fala do Ver. Idenir Cecchim. Gostaria de dizer que votarei favoravelmente ao projeto e também já faço um apelo ao Ver. Felipe Camozzato que, a partir de fevereiro será deputado estadual, para que leve o debate para a Assembleia Legislativa; aqui, na Câmara, já temos um projeto de discussão sobre as bebidas nos estádios de futebol. Eu sei que foi proibido e, na minha opinião, deve ser rediscutido, devemos reabrir esse debate, para que se possa voltar a se tomar uma cerveja, alguma bebida nos estádios de futebol de forma controlada, até pode ser controlada, durante um período, durante o intervalo, durante a partida. Pode até ser durante o momento do jogo, mas que, seja antes do jogo ou durante o intervalo, se faça essa discussão. Eu sei que o Ver. Felipe Camozzato, que assumirá em fevereiro na Assembleia, vai fazer esse debate. Desde já, conte como o apoio da Câmara de Vereadores, para que a gente possa voltar com essa discussão. Na verdade, o

que acontece nos estádios de futebol, e quem vai, frequenta e participa – e eu participo bastante do futebol, principalmente no Estádio Beira-Rio – vê a concentração de pessoas antes do jogo nos bares, na volta do estádio, bebendo até minutos antes do jogo, criando verdadeiro tumulto na entrada do estádio e, muitas vezes, aglomerações de pessoas, porque querem ficar bebendo aquela última cerveja antes da partida, e acabam criando algum tumulto com a Brigada Militar. Eu tenho de certeza que, se as pessoas puderem tomar dentro do estádio, isso vai gerar recursos para os clubes de futebol e, além disso, as pessoas vão tomar dentro do estádio, diminuindo essa aglomeração na volta do estádio, tumulto na volta do estádio. É um debate que temos que fazer na Câmara de Vereadores. Tenho certeza de que o Ver. Felipe Camozzato fará, na Assembleia, pois, pela constitucionalidade, tem que ser uma lei estadual. Então, conte com nosso apoio e tenha certeza de que é interessante essa discussão. Neste projeto, votarei favoravelmente pelas razões já citadas pelos demais vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 401/22.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Colegas vereadores, infelizmente eu venho encaminhar contrariamente aqui, porque eu acho que nenhum dos colegas vereadores que assinaram tiveram um filho acidentado, como eu tive: capotou oito vezes o carro. Hoje, graças a Deus, está com a cabeça centrada, com 27 anos; mas, depois de beber num posto de gasolina, capotou o carro por oito vezes. Está vivo pela mão de Deus. Foram oito vezes porque o brigadiano que vinha atrás viu que foram oito vezes. Ficou com as quatro rodas para cima. Foram oito vezes, Ver. Cassiá! O senhor está debochando. Está debochando. O senhor está dizendo: “Oito vezes!” Foram oito vezes. Um brigadiano ia atrás e viu que foram oito vezes. Foram oito vezes.

Então, eu encaminho contra porque eu acho que isso vai abrir uma baita de uma porteira e só vai favorecer o empresário dono do posto. Só vai favorecer para ele vender mais. O cartaz não muda nada; não vai mudar nada. Eu tenho certeza de que os vereadores que assinaram isso aqui, se tivessem um filho acidentado, ou um familiar, jamais seriam favoráveis a este projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLL nº 401/22.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PSC): Boa tarde a todos que nos assistem pela TVCâmara, também aos que estão presentes aqui. Eu me solidarizo com o Ver. Freitas em relação ao acidente que ele relatou aqui, mas entendo que essa lei é completamente ultrapassada, visto que nós temos, e que funciona muito bem, hoje, a

questão da lei seca, a questão da Balada Segura, e que a lei existe e impede que se dirija alcoolizado. Não se pode dirigir com álcool no sangue. O que nós estamos fazendo é apenas liberando a comercialização nos postos que têm as lojas AmPm, as *delicatésen*, os restaurantes. Ou seja, nós entendemos que as pessoas devem exercer sua liberdade com responsabilidade e que existem leis, hoje, que inibem muito a questão de dirigir alcoolizado.

Eu quero aproveitar também, junto ao encaminhamento desse projeto, para agradecer a todos os vereadores da Casa que votaram favoráveis ao meu projeto de produção de queijo de leite cru em Porto Alegre. A gente entende que esse projeto vai ter um impacto muito positivo na área rural de Porto Alegre, visto que tem muitos produtores que gostariam de poder produzir mais e de forma mais diversificada, e agora estarão amparados por uma legislação que vem junto com a legislação do Executivo, que já tratava do SIM animal, vem para deixar que essa produção aconteça e tornar o leite que é produzido muito mais seguro para a produção de laticínios no geral através da vacinação de todo gado leiteiro dessa região, o que nos traz aí uma segurança que a vigilância sanitária entende como bastante produtiva. Então quero agradecer aos vereadores e dizer que é um grande avanço para Porto Alegre, pois agora nós estamos no mesmo patamar de Minas Gerais e Santa Catarina para a liberação de produção de queijo artesanal de leite cru. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para discutir o PLL nº 401/22.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Presidente Lourdes; boa tarde nobres vereadores e vereadoras e povo que nos assiste através da TVCâmara. Sei que, de repente, esse projeto, aos olhos de algumas pessoas é maravilhoso, mas se nós pararmos para ver quantas pessoas têm morrido... No mundo morre, por ano, 1,3 milhão de pessoas em acidentes de automóvel, e muitos desses acidentes são causados pela ingestão da bebida, porque, infelizmente, as pessoas não têm controle quando começam a beber, e principalmente nos postos de gasolina, onde vai principalmente a juventude, pessoas que acabam consumindo a bebida, muitas vezes pegam o carro e saem dali, e acabam matando famílias, destruindo famílias, destruindo vidas, matando pessoas que não têm nada a ver com aquela situação. Se nós abrirmos mais um precedente para a venda de bebida alcoólica, vamos ver mais acidentes, mais pessoas morrendo, e quem ganha com isso são os empresários, os comerciantes, os donos de postos de gasolina, aqueles que vendem bebidas. Eu acho, nobres vereadores, que a ideia aparentemente é boa, mas eu acredito que nenhum dos senhores que estão aqui sentados, que estão ouvindo, perderam algum familiar num acidente de automóvel, por causa de bebida, porque alguém bebeu e saiu para dirigir, porque eu acredito que se algum dia os senhores tivessem perdido alguém da família, através de acidente por causa da bebida, pensariam mil vezes antes de aprovar um projeto semelhante ou igual a

este que, infelizmente, tem trazido o sofrimento de muitas famílias. Nós, Republicanos, somos contra, principalmente porque a gente vê a juventude perdendo a vida, e a gente vê inúmeros acidentes de automóvel exatamente por causa da bebida e, infelizmente, esses motoristas não pagam, esses motoristas não vão para cadeia, eles pagam fiança e saem ilesos, e aquela família que perdeu seu ente querido, que perdeu a seu filho, sua filha, que perdeu o marido, que perdeu a esposa por causa da bebida... O motorista fica ileso, não acontece, muitas vezes, nada com ele. No momento em que esses precedentes começam se abertos, a gente vai ver muito mais mortes no nosso País, no nosso Estado e na nossa cidade. No mundo, 1,3 milhão pessoas são mortas em acidentes de carro, e muitas através da bebida. Nós somos contra qualquer tipo de coisa que venha trazer dano para a população, dano para as pessoas, dano para as famílias. Infelizmente a gente tem visto isso acontecer na nossa cidade, quantos jovens têm perdido a vida porque não sabem se controlar, não sabem tomar apenas um copo, não sabem apenas tomar uma garrafa; quando se reúnem, tomam sem parar, eles não têm controle, e saem dirigindo, tirando a vida de pessoas que não tem nada a ver com aquela situação. Senhores, principalmente aqueles que têm filhos, filhas, netos ou netas, pensem um pouquinho, porque a juventude, a maioria das pessoas, não tem controle sobre si. Sou contra. Obrigado, Presidente; obrigado, nobres vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 401/22.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Ver.^a Lourdes, que preside esta sessão, caros colegas vereadores, é importante a gente falar do mérito dos vereadores que me antecederam, Ver. Freitas, Ver. Alvoni, da preocupação, efetivamente, com a questão de tragédias que acontecem. Mas é importante também a gente se dar conta de que hoje a gurizada chega no posto de gasolina, abre o portamalas e ali está lotado de bebida alcoólica, eles não precisam adquirir no posto para beber. Nós estamos aqui fazendo a questão de que a liberdade econômica - estamos liberando. As pessoas têm que ter a responsabilidade, as pessoas têm que ter a liberdade de comprar ou não, as pessoas têm que ter a liberdade de poder consumir ou não. Mas tudo perpassa pela educação e pela responsabilidade de cada um. É o mesmo quando nós votamos aqui a questão do canudinho de plástico, que eu fui contra, e por quê? Porque diziam alguns que as tartarugas estavam morrendo por conta do canudo de plástico, só que a tartaruga não sai de dentro do mar para ir lá buscar o canudinho, as pessoas mal-educadas, Ver. Mari, as pessoas irresponsáveis jogam detritos, jogam canudinhos, jogam plástico, jogam sacolas, jogam coisas que não devem ser jogadas no mar, na areia, ao invés de colocarem na lata do lixo. Da mesma forma, não é apertando, não é diminuindo a possibilidade das pessoas, dentro de um posto de gasolina, poderem comprar a questão da bebida alcoólica, porque hoje ela já é consumida dentro do posto de combustível, sem ser comprada ali. Com a Lei Seca, que muito bem falou a Ver.^a

Fernanda Barth, com a Balada Segura, me parece que esse projeto vem resgatar o que se tinha antes: a Balada Segura, a Lei Seca, deu um aperto maior na gurizada, nos adultos, enfim, em crianças, muitas vezes, adolescentes que não têm condições de fazer as compras, não estão autorizados, não têm idade suficiente para comprar bebidas alcoólicas vão ser ali proibidos. Então é mais uma questão de que nós possamos liberar Porto Alegre, mas que a gente possa trabalhar na questão da responsabilização, da responsabilidade, da maturidade e principalmente da educação dos menores e de adultos. Devem, sim, ter na sua consciência o “se beber, não dirija” e, se aconteceu e for parado na Balada Segura, em algum caso, que tenha o rigor da lei, o rigor da lei para que esse possa receber ali a total punição pelo ato que fez de forma irresponsável. Então, votaremos, sim, neste projeto, por óbvio, deixando Porto Alegre mais livre e fazendo com que a educação, sim, a começar nas casas, nas escolas possa ser pauta de todos aqueles que querem liberdade com responsabilidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLL nº 401/22.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, presidindo os trabalhos, Ver.^a Lourdes; colegas; todo mundo que nos acompanha; eu, com muito respeito, repito a frase que disse hoje: a riqueza das divergências. Eu sou contra este projeto do jeito que está posto, parece que alguns vereadores estão mobilizando algumas emendas que talvez possam fazer eu modificar meu posicionamento, mas quero explicar a todos o que alguns sabem. Eu estou nesta Casa pela luta do terceiro setor, Ver. Claudio Janta. A Malucos do Bem, o Cahlo Lopes, o Projeto Cara Limpa começou há 30 anos, justamente, fazendo trabalho de conscientização a pedido dos pais de crianças, jovens e adolescentes, nos postos de combustível. Atrair o consumo de álcool a um posto de combustível... Gente, vamos viver no mundo real, vamos viver no mundo real, eu estou falando e acho que alguém aqui pode botar a mão na consciência e lembrar: garrafas em cima dos tetos dos carros, dos capôs. Hoje, pelo menos tu não vês esse descontrole nesse ponto e nesse nível. Eu peço a compreensão, e eu respeito os que pensam divergentemente, os nobres proponentes, inclusive, membros da minha bancada, mas eu, pelo histórico de trabalho – Diza Gonzaga, Régis Gonzaga, Ver. José Freitas, os testemunhos das suas vidas, dos seus filhos –, faço o meu testemunho: inúmeras madrugadas nós fomos aos postos de combustíveis tentar levar esses jovens em situações de embriaguez, e a porta de entrada para outras drogas, caso as senhoras e os senhores não saibam, um grande percentual, é a bebida alcoólica – droga lícita. Então, nós, em nome da trajetória da Malucos do Bem, em nome do Cahlo Lopes, em nome da Fundação Thiago Gonzaga, em nome da minha história, em nome dos velórios que infelizmente eu fui, eu não posso ser a favor e votarei contra essa proposição. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLL nº 401/22.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara; hoje eu vou discutir a matéria, mas eu gostaria de trazer um relato um pouco da minha vida pessoal também, já que é um tema que transcende muitas vezes algumas vivências que nós vereadores temos, e a grandeza do Parlamento está também nessa construção, cada um com sua história de vida. Aqui eu trago uma vereadora que, aos 15 anos, ganhou uma bolsa de estudos para estudar e jogar futebol –futebol, Ver. Cecchim –, lá na Nova Zelândia. Eu jogava no time da cidade, ganhei bolsa de estudos para ser atleta. A Nova Zelândia, para quem os que não conhecem, é um país extremamente conservador, um país que foi colonizado pela Inglaterra, um país em que existem regras muito rígidas na questão das bebidas e outras regras, um país com uma educação muito forte. E eu trago aqui para vocês uma adolescente que viveu uma outra realidade, uma realidade de uma cultura diferente, Ver.^a Lourdes. Nós temos toda uma questão de uma bagagem cultural, que, muitas vezes, a gente não considera quando a gente vota projetos de lei. Aqui eu trago, que lá, como adolescente, eu me deparei com jovens que bebiam muito, mas bebiam muito, porque quando eles tinham a oportunidade de conseguir beber, eles bebiam muito. Eu fiquei abismada, pois aqui no Brasil, com 16 anos, nós sabemos que não é permitido beber, mas a gente não vê essa situação nas escolas, a gente não vê essa situação nas festas de turma. Essa foi uma realidade da Nova Zelândia, um país onde tu não podes beber nos postos de gasolina, um país onde o jovem que bebe dorme na prisão, e a gente sabe que as regras são muito rígidas, mas é um país que, mesmo com as regras rígidas, os adolescentes de 16 anos continuam bebendo de maneira demasiada. A pergunta que eu faço é se uma lei vai garantir a segurança que nós queremos para os nossos jovens. Se a gente precisa mesmo trazer o projeto de lei ou se nós podemos trabalhar isso com a educação. Na escola, na Nova Zelândia, tem um dia que os carros que foram acidentados vão na escola, Ver. Jonas Reis, e as crianças, quando olham aqueles carros, ficam abismadas e se deparam com a realidade que, se beberem e dirigirem, pode acontecer com elas. Por isso que eu sempre volto a dizer: a educação é a base de qualquer sociedade, e a educação deve ser a base da sociedade de Porto Alegre. A educação trazendo para as crianças e para os jovens a consciência da atitude que eles vão ter ao beberem, trazendo para eles a responsabilidade que eles têm como cidadão. Na Nova Zelândia, cada criança é cidadão; na Nova Zelândia, uma criança que anda de bicicleta na rua e não usa capacete presta serviço comunitário. Aqui, muitas vezes, no Parlamento, a gente quer colocar inúmeras regras, inúmeras as regras que vão criando burocracias, burocracias, burocracias. Eu volto a dizer, a gente só muda uma realidade de uma sociedade, e todos aqui nos envolvemos muito com esta questão da bebida ao dirigir, na bebida pelos jovens, a gente sabe que é um tema de debate e que tem empatia de todos nós, vereadores. Mas o que eu trago é que a solução não está em mais leis, a solução está em termos uma atitude propositiva dentro da educação, dentro do seio familiar, como os vereadores Alvoní Medina e José Freitas sempre trazem, e daí, sim, a

gente consegue mudar uma realidade de uma sociedade. Muito obrigada, eu vim aqui trazer muito mais um relato pessoal de alguém que teve oportunidade, através do esporte, de vivenciar outra realidade.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel e do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 401/22.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 401/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 401/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate, mães e pais que estão aí ouvindo a discussão deste projeto de lei; não se trata, de nenhuma forma, quem votar contra esse projeto, de proibir que as pessoas consumam bebidas. Os bares foram feitos para isso. Os empresários dos bares abrem os bares para quê? Para as pessoas sentarem, calmamente, consumirem sua bebida, depois irem embora com transporte coletivo, transporte individual ou caminhando, se mora perto. O posto de gasolina foi criado para quê? Para abastecer. Vai lá, abastece o seu carro e se dirige às suas atividades, que são atividades de trabalho, de lazer, de transitar dentro da cidade ou entre cidades. Mas aí vieram as tais lojas de conveniência, e aí agrega um produto, outro produto, outro produto. Assim como as farmácias, antes era só drogaria, agora o que tu imaginares vai se colocando, porque o empresário tem o objetivo de lucrar, e aí tu vais deturbando aquele processo inicial. Eu acho que uma coisa não pode interferir na outra. Hoje nós temos que ser a favor da diversidade do comércio. Agora, quem votar colocando de novo uma coisa que já foi avançada, não vender bebida e não consumir em postos. Por quê? Porque a pessoa vai dirigir, e vocês sabem que a bebida, depois de um tempo, ela põe a pessoa em descontrole. Não é todo mundo que tem o mesmo controle para beber, e aí a pessoa provavelmente vai se achar no direito de dirigir, e bebida e veículo é uma arma – uma arma – contra qualquer um que tiver circulando nas vias públicas. Então eu não posso, neste momento, concordar com isso, porque nós não podemos trabalhar no geral, nós temos que olhar a exceção também. Como é que eu vou deixar que as pessoas lá fiquem consumindo e, de repente, elas vão circular, às 10, 11, 12 horas da noite, e aí a gente já sabe que, de noite, as pessoas aceleram mais, mesmo não tendo bebido, aceleram porque a via está mais vazia, e aí já tomou uns goles, aí acelera mais e já não faz decentemente uma curva, e leva a sua vida embora, pode levar a vida de mais alguém que estiver junto, ou de outros que estiverem circulando. Então, neste momento, infelizmente, a gente não pode aceitar que se reestabeleça. Vamos manter, gente, os bares, as festas. As pessoas querem

consumir a sua bebida em família, acho isso tranquilo. Nós não estamos aqui para cercear o direito das pessoas. Não! Nós temos que deixar a sociedade andar. Agora a gente também não pode, como político, vir aqui e armar uma bomba para a população, quando, já, no passado, evitaram isso, inclusive vocês sabem que os regramentos vêm a partir de tragédias que aconteceram. A gente sabe. Então eu queria pedir a sensibilidade dos colegas. Neste momento não vale a pena. Acho que a gente tem que trabalhar na política também como um processo educativo. Tudo tem hora nessa vida, e tudo tem lugar. Eu acho que posto de gasolina e bebida alcoólica não combinam. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra discutir o PLL nº 401/22.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; este é um projeto que chama a atenção, tanto que inúmeros vereadores e vereadoras vieram aqui para discutir essa situação. Eu, na realidade, fazendo um paralelo – o Ver. Mauro Pinheiro falou aqui por exemplo na bebida nos estádios –, é proibido vender bebidas nos estádios, mas o jogo é às 22h e o torcedor só entra às 21h55min, porque ele fica bebendo o tempo todo na volta do estádio. Essa questão dos postos de gasolina, que é um projeto que nós aprovamos aqui, da vereadora Clênia Maranhão, também, as pessoas vão no posto, não pode beber no posto, elas bebem no posto, elas quebram garrafa no posto. O que eu quero dizer aqui é que eu me sinto impedido de votar este projeto, e os colegas e as colegas vão entender. Eu criei a Praça Thiago Gonzaga em Porto Alegre; eu criei o Memorial Thiago Gonzaga em Porto Alegre; eu dei o título de utilidade pública à Fundação Thiago Gonzaga; eu dei o Título Honorífico de Cidadão de Porto Alegre para a Diza e para o Régis; todo ano, ano na Praça da Juventude Thiago Gonzaga, é inaugurada uma placa, uma delas foi o Cecchim quem deu, com nome de 15, 20, 30 jovens que beberam e morreram no trânsito. E quando não tem essa solenidade, para quem passa na praça – moro na frente da praça – sempre tem pai ou mãe chorando, ali, a perda do filho. Agora, a emenda pode ser votada, porque, na realidade, esse projeto da vereadora Clênia deu a obrigação para o posto de gasolina fiscalizar. O posto de gasolina não tem condições de fiscalizar, o posto de gasolina vende gasolina. E aí a emenda está passando para segurança pública cuidar dessa situação. Então, vou votar a favor dessa emenda, tirando essa responsabilidade dos postos de gasolina, porque não há como fiscalizar isso aí. Vou votar contra o projeto em função dos argumentos que apresentei aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Em votação o PLL nº 401/22. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde colegas; com as conversas no plenário, até conversando com o Ver. Alvoni, conversando com o Ver. Freitas, conversando com a bancada de oposição, ouvindo também o Ver. Bosco e outros vereadores que estavam reticentes com relação ao projeto, nos apresentamos e emenda para, então, podermos fazer essa correção da fiscalização nos postos de combustíveis, mantendo a proibição e fazendo com que fique justamente as forças de segurança incumbidas da fiscalização, e não mais o frentista, trabalhador do posto – daí deriva todos os problemas que a gente falou antes, ou seja, dessa forma a gente consegue efetivamente fazer um devido controle desse tema. Afinal de contas, com a legislação como está, o sujeito que está bebendo no posto, sequer a polícia pode agir, porque o posto não chama, porque se ele chamar, vai ser autuado. Então, é um problema.

A Câmara não está enxergando que é um problema que está posto; a Lei Seca e a lei que veio a seguir, da tolerância zero, eliminaram o risco, reduziram o risco, já que existe uma preocupação em eliminar a lei. Então, vamos aprovar a emenda e aprovar o projeto para que nós possamos manter a proibição, mas fazer com que justamente a polícia possa fazer o seu trabalho. Não é papel do frentista enfrentar quatro, cinco clientes para obrigá-los a não beber sob pena de o posto ser autuado. Ele nem pode chamar polícia, senão o posto é autuado pela polícia.

Então isso não faz sentido, não tem cabimento. Por isso que eu apresentei a emenda numa construção com os colegas e, aí sim, com a emenda aprovada, eu espero que a gente possa aprovar o projeto, fazendo com que a gente tenha esse avanço de devida responsabilização e, ao mesmo tempo, com a segurança em primeiro lugar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 01 ao PLL nº 401/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 15 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLL nº 401/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 12 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração na ordem de priorização, para que possamos, imediatamente, passar à discussão do PLE nº 033/22; e que o PLE nº 023/22 seja a última matéria a ser apreciada. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Em votação o requerimento do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0776/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 033/22, que autoriza o Executivo Municipal a contratar 3 (três) arquitetos, por tempo determinado, a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, para a Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa (SMCEC). (SEI 118.00474/2022-49)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CECE**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Em discussão o PLE nº 033/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Lourdes Sprenger; senhoras e senhores vereadores. A contratação de três arquitetos para desempenharem suas funções no Epahc... Ninguém criticou o Epahc mais do que eu, Ver. Janta, nesses últimos anos, mas também não dá para criticar se não dá condições de trabalho. Eu vou defender a contratação desses três arquitetos para que ajudem a desafogar o Epahc. Ninguém é obrigado a ficar esperando tanto tempo desenlear - essa é a palavra -, por exemplo, os imóveis que nós aqui facilitamos um pouco tirando a compatibilização, como aqueles de Petrópolis, como aqueles do 4º Distrito, como aqueles do bairro Floresta. Nós precisamos preservar patrimônio histórico e não prédio velho. Então eu espero que a contratação desses três arquitetos traga arejamento de fora, sem esses vícios de entender como histórico um prédio cheio de cupim. Não é esse o conceito: tem que ser histórico aquilo que é histórico e velho aquilo que é velho. Voto favorável a este projeto de contratar os três arquitetos para o Epahc para que se ajude a população a desafogar os processos e projetos que estão lá. Muitos projetos e muitos processos estão empacados no Epahc, espero que essa contratação ajude a solucionar e acelerar de uma forma legal, mas que seja mais rápida, porque ninguém mais aguenta tanta demora quando o projeto precisa passar pelo Epahc. Favorável ao projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esse debate sabe que a Secretaria de Cultura está com cada vez menos funcionários porque não faz concurso, e o governo só sabe falar em temporário, tudo temporário, tudo temporário. Quando o Melo sair tudo será temporário na cidade de Porto Alegre. Olha só, em 2004, quando foi o último ano do PT na Prefeitura, o orçamento da cultura era mais do que o dobro do que é agora. O PT, no seu último ano, há quase 20 anos, investia mais do que o dobro do que o governo Melo destinou para a cultura em 2023. Não chega a 1% do orçamento, aí eles vêm para cá dizendo que três funcionários vão resolver o acesso à cultura na cidade. Isso é um desrespeito contigo que faz cultura na Restinga, no Lami, no Sarandi, na Lomba do Pinheiro, no Morro da Cruz, em todos os espaços! Não há descentralização da cultura porque o orçamento é pífio, o prefeito sequer quer mandar dinheiro suficiente para o carnaval; os carnavalescos vieram aqui na Câmara pedir dinheiro de emenda impositiva. Olha só, os vereadores tiveram que garantir que o carnaval tente acontecer. Aí eles vêm dizer que um projeto com três funcionários vai resolver! Eu fico perguntando: nomearam um secretário da cultura, mas não dão orçamento; nomearam secretária do esporte, mas não dão orçamento; o prefeito foi lá no OP ontem dizer: “Parabéns, secretária do esporte e tal, a senhora está trabalhando bem”. Este vereador aqui propôs uma emenda de progressão para o orçamento do esporte chegar a R\$ 5 milhões, e o que os vereadores da base votaram? Contra a emenda para botar dinheiro na Secretaria de Esportes. Agora eles vêm aqui e propõem: “Três funcionários vão resolver a situação”. No discurso é bonito, cabe tudo; o discurso do prefeito Melo, eu tenho que tirar o meu chapéu, ele discursa bem, não é, gente? Ele fala bem, parece que está uma maravilha, mas, se tu sobes lá no Morro da Cruz, nem as caixas d’água que ele prometeu já faz um ano ele conseguiu instalar. Caixas d’água! Eu, vocês, qualquer um aqui instala caixa d’água na sua casa, chama alguém que conhece. Não, o prefeito não conhece ninguém que saiba instalar, não cria estrutura. Prefeito do orçamento de R\$ 10 bilhões não tem vergonha de vir aqui pedir para a gente aprovar três funcionários temporários para a cultura? Em que mundo o senhor vive? Em que mundo o senhor vive, prefeito Melo, que não sabe que na cultura estão faltando agentes culturais? Sabe como está sendo feito o Porto Alegre em Cena? Só com a iniciativa privada, porque quase não tem mais servidores de carreira no Município, aí o senhor diz: “Três funcionários temporários vão resolver o problema!” Eu votarei a favor desse projeto, quero dizer que eu quero esses três funcionários lá; agora, eu não posso compactuar com um prefeito que diminui, ano a ano, o orçamento para políticas nevrálgicas para o nosso povo. O nosso povo não é o povo que quer só educação e saúde, ele merece muito mais: transporte, cultura, lazer, políticas para juventude! E aí com três funcionários, vão dizer, sabe por que que o secretário da cultura não está aqui? Porque ele já pediu várias vezes concurso público, e o prefeito não faz, para várias áreas da cultura – por isso que ele não está aqui. É uma vergonha, é uma lástima! O prefeito Melo governa essa cidade de costas para os trabalhadores da

cultura, que foram os que mais sofreram na pandemia, o mínimo que ele deveria ter feito este ano era colocar perto de 1% ou 1% do orçamento para cultura, e previsão de concurso para agente catapultar o nosso Capitólio, a nossa Usina do Gasômetro, enfim, o Teatro Renascença, Túlio Piva, tantas estruturas que a gente precisa que funcione para a população. E mais que isso, anunciar estruturas de descentralização como existia no tempo do PT – a descentralização da cultura. Mas esse não é o projeto do Melo, o Melo é menos cultura.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o PLE nº 033/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0679/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 023/22, que institui a “Marca POA” como símbolo do Município de Porto Alegre. **(SEI 118.00404/2022-91)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, e CECE.** Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 07-12-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 023/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h34min)
